

PAPO DE GALO

Número 9
21/08/2020
Tiragem apoiadores: 0003

O MUNICÍPIO E SEU PAPEL NA POLÍTICA

ARTIGOS
EXCLUSIVOS



+ ENTREVISTAS

ROGERIO BARRIOS, MARCOS SILVEIRA,
JUAN MEDEIROS, EDMAR BRAGA,
DANIEL CARIBÉ

◆ ENSAIOS ◆ ARTIGOS ◆ ENTREVISTAS ◆

PAPO DE GALO _ revista

A **Papo de Galo_ revista** é um projeto de **Gabriel Galo**. Ele também escreve, diagrama, administra e o que mais precisar. Mas nesta nona edição, conforme anunciado na edição #6, as páginas da revista se abrem para outras vozes. São vários artigos assinados e várias entrevistas, trazendo mais profundidade à pauta.

Adicionalmente, está planejado para essa semana o lançamento de um podcast complementar à revista. Além do podcast, focarei mais nas divulgações nas redes sociais e até mesmo, talvez (um grande talvez) lance o meu canal no Youtube. Isso mesmo enquanto aqui na central de produção — uma mesa na sala de casa — o computador substituto siga sua função, *daquele jeito*, numa constante relação de amor e ódio, mas fazendo com que esse conteúdo chegue até você.

(Com isso, seu **apoio** é agora mais importante ainda. Apoie a produção independente de conteúdo!)

Voltando à introdução tradicional, agora em primeira pessoa:

Eu sou baiano de Salvador, torcedor do Vitória, formado, mas não melhor que ninguém por isso, em Administração pela FEA/USP, pai, empresário e escritor. Isso cronologicamente falando. Escrevo coisas demais, sobre assuntos demais.

Publiquei em outubro de 2018 o livro “**Futebol é uma Matrioska de surpresas: contos e crônicas da Copa 2018**”, contendo textos meus no Correio da Bahia e no Huffpost Brasil, além de alguns inéditos. Tem na [Amazon](#), e minha mãe falou que é bom.

Estou **colunista** do **Correio da Bahia**, do programa **Futebol S/A** e do **Arena Rubro-Negra**. E estou sempre aí correndo atrás para quitar o boleto de amanhã. (Você reparou no quanto a luz subiu este mês? Um horror.)

Escrevo porque não tenho opção. Porque, por mais que tenha tentado outros caminhos, contar histórias é o que me faz acordar todos os dias com vontade de trabalhar. E vocês não imaginam como dá trabalho...

Ainda há muito mais por vir. Esta revista é só mais um passo rumo a sei lá o quê. O que importa, estou certo, é a jornada, não existe isso de linha de chegada. E faço um convite a você: vamos juntos?

Se o que eu escrevo faz sentido para você, considere **APOIAR**. A campanha no [Apoia.se](#) está no ar.

Ah! Eu sempre quero ouvir suas histórias. Quer conversar, propor pauta, criticar, o que for? Fale comigo!

[facebook.com/souogalo](#)

[Instagram.com/souogalo](#)

e-mail: gabriel@papodegalo.com.br

Abraço!

**ÀQUELES QUE NÃO
DESISTEM DE FAZER BOA
POLÍTICA NUM PAÍS QUE
A DESENCORAJA.**

Por GABRIEL GALO

O conteúdo desta revista é 100% autoral.
Proibido reproduzir sem autorização expressa do autor.
© Papo de Galo. Todos os direitos reservados.

Apoiadores

0003

APOIA.se

São Paulo, 21 de agosto de 2020

REDES
SOCIAIS



@souogalo
@canalpapodegalo



@souogalo
@canalpapodegalo



@souogalo



gabriel@papodegalo.com.br



PAPODEGALO.COM.BR



APOIE PAPO DE GALO

>> [APOIA.SE/PAPODEGALO](https://apoia.se/papodegalo) <<

Tudo o que você lê, ouve e assiste aqui no Papo de Galo é essencialmente grátis. Mas boleto não liga pra isso. E eu preciso de sua ajuda.

Você pode contribuir com qualquer quantia que puder e não vá lhe fazer falta no APOIA.SE. Que tal 5 reais por mês, um cafezinho apenas? Bora?

Quer contribuir de outras formas? Siga, compartilhe, assine a newsletter (só um e-mail por semana, se tanto). Tem contatos? Que tal me indicar para escrever em colunas, ou me convidar prum projeto seu?

Quer ajudar mais ainda? Me manda um e-mail e bora conversar!

NAVEGUE

EDITORIAL

7, O princípio e o fim da política pública

MUNICÍPIOS E POLÍTICA

11, A Constituição e o município como ente federativo

15, Os filhos adolescentes do Brasil (por *Durval Lucas Jr*)

18, FPM e os municípios não viáveis

20, A urgência de se democratizar controladorias

23, Entrevista | MARCOS SILVEIRA

28, Por que temos duas eleições apartadas

31, Conhece-te a ti mesmo, candidato (por *Fernanda Galvão*)

36, Entrevista | ROGÉRIO BARRIOS

41, Entrevista | EDMAR BRAGA

46, Entrevista | JUAN MEDEIROS

54, Brasil: país formado na segregação socioespacial (por *Davi Carlos*)

64, Entrevista | DANIEL CARIBÉ

Nesta edição, o foco é política. E ela se discute, sim. Mas, afinal, é possível falar do assunto sem cair em achismos e mantendo a racionalidade? É possível debater a coisa pública sem a dualidade rasa de direita x esquerda? Não é possível falar sobre tudo, mas vamos falar sobre muita coisa, em várias edições.

Contribua com a mídia independente!



7

POR GABRIEL GALO

O PRINCÍPIO E O FIM DA POLÍTICA PÚBLICA



◆ EDITORIAL ◆

É NO MUNICÍPIO QUE A POLÍTICA SE FAZ AO CIDADÃO

Muito de nós, até damos conta da importância da política, de passar a entendê-la pelo menos parcialmente, convivemos com problemas mais, digamos, mundanos.

O pneu do carro furado ou rasgado por causa do buraco na rua, com asfalto que se desfaz apesar de recapeado há pouco tempo.

O congestionamento que dificulta o trânsito ao trabalho.

A água que não chega encanada, nem se esvai num rede de esgoto.

Energia elétrica que oscila e queima os eletrodomésticos comprados com tanto esforço.

A internet que não funciona corretamente.

Os Correios que atrasaram aquela conta, e o nome foi negativado.

O caminhão de lixo que não passou e o lixo se acumula na porta de casa e na rua.

O ônibus, que só passa extremamente lotado e com intervalo longo demais.

A escola da criança caindo aos pedaços, com professor faltando.

O hospital onde a sorte é o principal fator para conseguir atendimento.

O preço dos produtos que aumentou no mercado.

O desemprego, a fome, o desespero.

Por mais que Brasília monopolize o noticiário, nosso primeiro contato com questões políticas sai da boca de pais e parentes a reclamar, com razão, das coisas da vida. Ainda demorará muito tempo para que nós, infantes, liguemos uma coisa a outra, a reclamação à vida política.

É dentro de casa que a política começa a se fazer ao cidadão. Mesmo que ele não tenha qualquer consciência disso.

Apesar da frase de André Franco Montoro afirmar que é nós vivemos no município – e é fundamental entender o contexto desta frase, o que será feito no artigo sobre a Constituição de 1988 e a elevação dos municípios ao status de ente federativo – essa retórica pode seguir até chegar ao limite do individualismo residencial.

Mas deixemos isso para daqui a pouco.

Por agora, é o momento de se procurar compreensões sobre o processo político que vai ter mais uma de suas festas neste ano de 2020. Sim, estou falando das eleições, que prometem fazer 2018 parecer uma brisa de verão.

Tudo será diferente esse ano. As redes sociais vão ter papel ainda mais centralizado na comunicação política. Em meio à pandemia, a política de campo, de rua, corre o risco de nem acontecer.

Em meio aos nomes de candidatos que todos sabemos de cor, virá uma série de novos nomes, com gás novo, muitos representando mudanças efetivas da maneira como política se faz no município.

E como a política se faz no município?

É isso que veremos em diversos aspectos nesta edição da revista. Por óbvio, não veremos a totalidade de temas, porque isso é virtualmente impossível, especialmente porque cada cidade tem sua característica que a faz única.

Alguns itens, no entanto, permeiam todas as realidades. O primeiro e mais importante diz respeito ao não afastamento da política:

Quer você goste ou não, a política faz parte de sua vida.

Você votando ou não, interagindo ou não, fingindo não ser afetado ou reconhecendo o impacto direto, prefeitos e vereadores ainda serão eleitos, recursos públicos serão gastos, tanto agora quanto depois.

E aqui está um ponto chave da importância da participação individual na política municipal: é preciso eleger gente realmente interessada no bem público, com capacidade de atuação priorizada a partir de uma ampla compreensão das necessidades da população.

Ou seja: pesquise os candidatos antes de votar.

Depois pode ser tarde demais.

Sabe aquela obra exagerada que é um claro desvio de verbas públicas pela qual você passa?

Sabe o atraso para chegar ao trabalho provocado por congestionamento e deficiência no transporte público?

Sabe a fila no hospital ou posto de saúde que você enfrenta sem atendimento apropriado?

Sabe a creche que não tem vaga para o seu filho?

Pois então: política.

E é no município que ela se apresenta ao cidadão da maneira mais direta. É na cidade que até mesmo as políticas definidas em Assembleias Legislativas e Congresso Nacional se materializam. É dentro da sua casa, na sua rua.

E essa mensagem, claro, se aplica também a políticos, candidatos ou com mandatos. Estes também são cidadãos, embora de um extrato social normalmente diferente. (O poder tem seus jeitos de fazerem as coisas andarem melhor para quem o tem.)

Diante disso, esta edição #8 da Papo de Galo_ revista vamos aprofundar alguns destes itens que consideramos ideais para situar as eleições que chegam. É a primeira de uma série de edições que vão tratar dessas eleições 2020.

São 3 artigos assinados, 5 entrevistas e diversos ensaios que vão ajudar a expandir sua visão política.



ESPECIAL
OS MUNICÍPIOS E SEU
PAPEL NA POLÍTICA

11

POR GABRIEL GALO

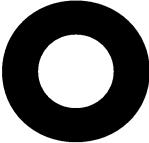


A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O MUNICÍPIO COMO ENTE FEDERATIVO



◆ ARTIGO EXCLUSIVO ◆

PROTEÇÃO DE DIREITOS E RECONEXÃO COM PARTICULARIDADES

 ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro (1916-1999) afirmou durante a campanha a governador em 1982:

“Ninguém mora na União; ninguém mora no Estado; todos moram no município.”

Como se percebe, Montoro era um grande defensor do municipalismo, da autonomia das cidades para se organizar politicamente.

Com a promulgação da Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, o Brasil se tornou uma exceção mundial. Foi nela em que os municípios se tornaram entes federativos.

E o que significa, exatamente, se tornar um ente federativo?

Significa organizar-se política e administrativamente de maneira autônoma, dentro dos limites que lhe cabe. Assim, os municípios tiveram autonomia para legislar, controlar recursos e decidir sobre assuntos diretamente relacionados às especificações locais.

É importante entender o momento político que levou à afirmação da soberania municipal. E tem muito a ver com a Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985).

A Constituição de 1988 veio para proteger uma série de Direitos Civis contra as intempéries das Forças Armadas. Alguns dos instrumentos que hoje protegem políticos corruptos – como a amplitude do foro privilegiado – surgiu para que o novo poder comandado por civis não sofresse perseguições por conta de leis arbitrárias durante o regime autoritário.

Está na Constituição de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Depois de décadas de cerceamento de liberdade e negação de direitos básicos, a Constituição de 1988 veio para reconhecer demandas antigas do Brasil, como a autonomia de povos indígenas e quilombolas, dentre muitas outras. (ver [Papo de Galo_ revista #3](#))

Além disso, Brasília apontava um caminho extremo de distanciamento das necessidades da União com relação às particularidades locais.

Isso ocorre, inclusive, no âmbito Estadual, com as pequenas cidades do interior sofrendo com uma certa invisibilidade perante a capital.

Havia, portanto, uma demanda de protagonismo daqueles às margens dos interesses centrais.

Além disso, a criação de, naquele momento, cerca de **4,5 mil entes federativos** autônomos era a senha para a proliferação de feudos políticos, saciando a sede de políticos estabelecidos pela manutenção de sua influência sobre o orçamento público.

Eram, pois, muitos interesses em jogo.

A história da política do Brasil também exerceu grande influência na construção de uma percepção estranha na administração pública: a de que a independência é a única maneira de fazer valer as demandas locais.

Isso porque, além da centralização na capital, as coisas só “andavam” com a interveniência direta do poder central. Ou seja, somente um poder instituído serve como motor do desenvolvimento local.

Mas esta visão tem uma pegadinha que contradiz as boas práticas de gestão pública e indica um sobre gasto que significa irresponsabilidade fiscal indireta.

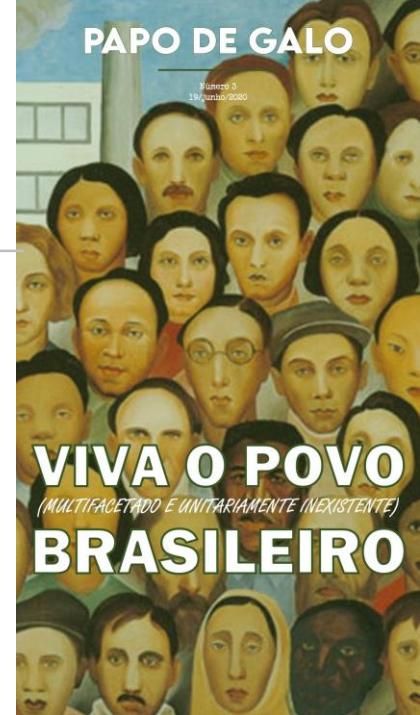
O QUE O MUNDO FAZ?

Se as cidades não são entes federativos, o que elas são?

Resumidamente, são células de execução da gestão pública.

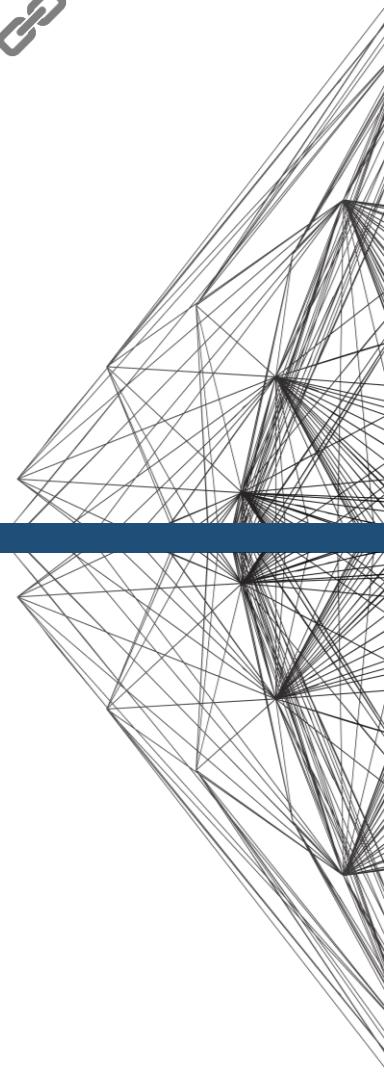
Para que um município tenha autonomia de gestão pública, ele tem que obedecer a alguns critérios, que normalmente passam por tamanho populacional e capacidade de se manter financeiramente. Caso não atinjam os requisitos, não há eleição: há apontamentos de gestores públicos que cuidarão do orçamento local e outras atribuições.

Ou seja, as cidades não precisam necessariamente de uma estrutura de poder formalizada para operar. São municipalidades reconhecidas, mas sem a burocracia da máquina pública a impor gastos desnecessários.



Dos atuais 5.570 municípios brasileiros, 1.079 foram criados a partir da Constituição de 1988.

Leia também o artigo “Consolidação do município como ente federativo” por Luciana Andrea Accorsi Berardi.



Adicionalmente, a visibilidade local se dá por meio seja de representação distrital nas instâncias superiores de poder público e por meio de participação ativa da população em conselhos municipais, normalmente não remunerados.

Com o primeiro, se assegura que haverá sempre alguém oriundo da região com voz nas assembleias de maior importância, levando os temas do município à pauta de controle. Com o segundo, constrói-se sentimento de mobilização política.

É este segundo item que mais falta ao Brasil.

UM MUNICÍPIO PARA CHAMAR DE MEU

Com definição de poderes municipais autônomos, a história brasileira de atribuição de feudos de poder a uma casta atinge influência capilarizada. Em vez de poucos detentores de poder, é possível agraciar apoiadores em múltiplas localidades com diretórios municipais e orçamentos públicos, independentemente de déficit fiscal.

A argumentação em que orbitava a defesa dos municípios como entes federativos desobedece, portanto, à realidade apresentada.

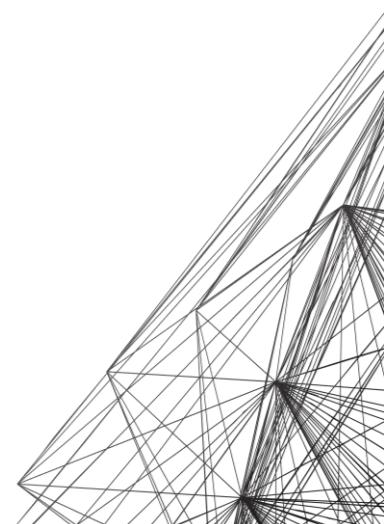
- A pretendida autonomia dos municípios se deu apenas em cidades maiores; as menores permanecem às margens, mendigando recursos, em especial do Fundo de Participação dos Municípios.
- Fez com que arbitrariedades de fronteira dificultasse a integração orgânica de regiões metropolitanas.
- Implodiu boas práticas de gestão do orçamento público, capilarizando o controle do dinheiro e dificultando fiscalização.
- Fortaleceu feudos de poder – o *coroné* agora é dono do poder formal, além do paralelo.
- Sedimentou a percepção popular que somente o poder instituído funciona, quando, na verdade, isso não é necessariamente verdade – o mundo está aí para provar que há maneiras diferentes.

O Brasil é, portanto, exceção mundial ao atribuir municípios como entes federativos. E isso é sinal não de que o Brasil não é necessariamente o poder político em si, mas as estruturas de poder que precisam ser revistas e reconstruídas. Perdemos sempre oportunidades históricas de transformar o governo em algo mais avançado.

O embrião desta reversão da condução política nacional é a participação popular efetiva. É dela que nasce qualquer avanço civilizatório. Aliás, a ausência de participação ampla e divergente é o caminho ideal da propagação de ideologias com viés impositivo e restritivo, vide a ofensa de certos grupos nos conselhos tutelares. Chamar um município de seu passa, obrigatoriamente, pelo entendimento de que é fundamental atuar politicamente para desenvolvê-lo. E atuar na vida pública não é só ser candidato em eleição.

PERGUNTE-SE:

COMO POSSO PARTICIPAR DA VIDA PÚBLICA DA MINHA CIDADE?



15

POR DURVAL LUCAS JR.

DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO

OS FILHOS ADOLESCENTES DO BRASIL



◆ ARTIGO EXCLUSIVO ◆



por **DURVAL LUCAS JR.**

✉ DURVAL_LUCASJR@YAHOO.IE

- Pai, quero sair de casa.
- Como assim, meu filho? Por que você quer sair de casa?
- Quero ser independente. Acho que já tenho condições de trilhar meus próprios caminhos.
- Tá bom. Se é assim, pode ir.
- Pai...
- Fala, filho.
- Aumenta minha mesada. Com o que ganho, não vai dar pra me sustentar.

Um filho querer ser independente com a mesada do pai garantida soa bastante bizarro, não é mesmo? Afinal de contas, quem quer ser independente junta seu dinheiro, arranja um trabalho e corre atrás dos seus sonhos. Se considerarmos a União como essa família hipotética, os municípios têm feito o papel de filhos adolescentes. E essa relação familiar conturbada tem gerado grandes problemas para a família Brasil como um todo.

Dos 5570 municípios atualmente existentes no Brasil, 1079 foram criados desde 1991, ano do primeiro dado disponível no IBGE dentro da vigência da constituição de 1988. Trata-se de um crescimento de 24% no número de municípios ao longo das últimas três décadas. Na outra ponta, projeto de lei

enviado ao Congresso Nacional em 2019 prevê a extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes e de 10% de receita própria. Segundo os cálculos divulgados à época do envio do projeto, estima-se que 1254 municípios passariam pelo escrutínio da nova regra. Ou seja, temos um forte sinalizador de que a criação de municípios no Brasil, ao longo das últimas três décadas, tem ocorrido de forma descontrolada e irresponsável.

Opositores à proposta governamental poderiam alegar que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma fonte de renda legítima, já que há o recolhimento de impostos federais e estaduais também nestas pequenas regiões. Porém, não se trata de defender a legitimidade ou não do FPM, mas de uma análise crítica sobre como a sustentabilidade econômica de um município afeta a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. O contribuinte deve ser informado sobre os custos da manutenção da infraestrutura estatal, e o quanto isso significa em termos de redução de investimentos em saúde, educação, cultura, e tantas outras necessidades que fazem parte do cotidiano da sociedade.

Criar um município não significa certeza de benefícios imediatos para a população, mas certamente traz a necessidade de se criar e manter uma burocracia estatal. Prefeito, vice-prefeito e vereadores são a parte visível do iceberg, mas não se pode esquecer dos secretários, assessores, diretores, coordenadores e funcionários para as mais diversas funções. Um sem-número de servidores que, de uma hora para outra, precisam ser custeados – nestes casos, com



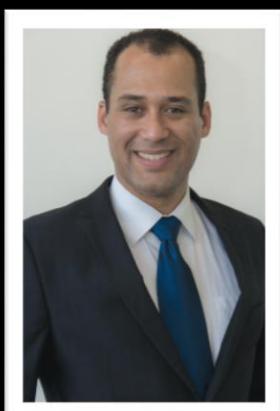
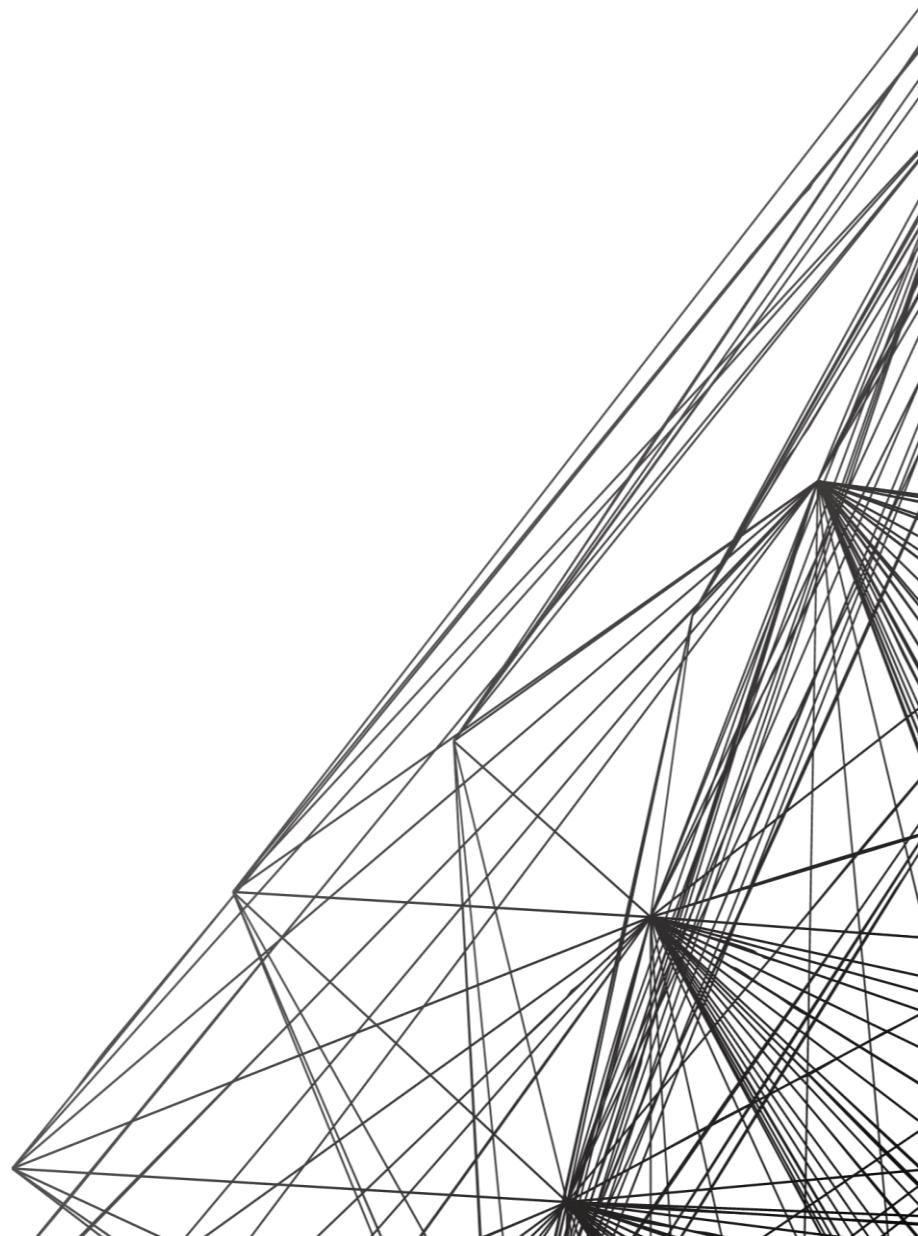
uma renda inexistente – para que o município faça valer sua autonomia e seu relacionamento com os cidadãos e demais entes federados.

O corporativismo da classe política, quando o assunto é criação e extinção de municípios, é escancarado. Só quem passou os últimos 30 anos em Marte acreditaria nos argumentos dos defensores das emancipações, mesmo quando recorrem ao princípio da autodeterminação dos povos. Ainda que este princípio seja legítimo, e tenha o Reino Unido como principal expoente e utilizador – especialmente no trato de suas regiões coloniais, a exemplo da disputa que a Argentina insiste em ter em relação às Ilhas Falkland –, não conheço nenhum cidadão que tenha dito que prefere um secretário de educação em vez de uma escola, ou um secretário de saúde em vez de um hospital.

O Brasil tem aprendido nos últimos anos que não é o fato de uma povoação ser ou não município que garantirá atendimento de qualidade à população. Quem mora nas capitais e grandes cidades brasileiras certamente já se deparou com ambulâncias oriundas de outras cidades, e mesmo de outros estados. É paradoxal constatar que, para vários municípios de pequeno porte, a política pública de saúde mais importante é justamente a de remoção dos doentes para centros de excelência em outras regiões. Ainda que gestões mais modernas tenham apelado para instrumentos como os consórcios intermunicipais para o financiamento conjunto de serviços públicos, fica o questionamento: “Qual seria a realidade dos serviços públicos se todos esses municípios insolventes simplesmente

não existissem?”

Portanto, a criação de municípios não deveria ser objeto de discussões apaixonadas ou vítima do voluntarismo político, mas resultado de análises racionais e econômicas sobre a viabilidade da manutenção da máquina estatal, e a relação direta com a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Regiões que se desenvolveram economicamente, separadas de outros centros, e que precisam da atuação estatal organizada para viabilizar o desenvolvimento social podem e devem virar novos municípios. Inclusive, porque farão valer o significado da palavra “emancipação” mais efetivamente do que o filho adolescente do começo da nossa história.



**DURVAL
LUCAS JR.**

Administrador de formação, entrou na graduação (UFAL) querendo ser financista e saiu do doutorado (FEA-USP) na área de Sistemas de Informação. Capitalista convicto, é um apaixonado por tecnologia, principalmente pela possibilidade de se ganhar dinheiro com ela. Professor de ocupação (EPPEN-UNIFESP), diverte-se interagindo em sala de aula e buscando soluções para os problemas do mundo. Viajante por hobby, fascinado pela neve e pelas belezas construídas pelas mãos humanas (20+ países). Nadador por esporte, que sempre recomenda assistir provas de natação pela TV, para poder ver por todos os ângulos. Tentando diariamente ser um democrata.

18

POR GABRIEL GALO

FPM E OS MUNICÍPIOS NÃO VIÁVEIS



◆ ARTIGO EXCLUSIVO ◆

NÃO TEM REFORMA ADMINISTRATIVA QUE DÊ JEITO

Todo ano é a mesma coisa. Prefeitos fazem peregrinação a Brasília tentando fazer com que a regra de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios favoreçam a sua cidade. O fundo destina 22,5% de impostos federais como IPI para as cidades. É a salvação de muitos municípios que não têm como arcar com suas próprias despesas.

A peregrinação não para aí.

Prefeitos também visitam as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional em busca de emendas parlamentares que destinem recursos para suas cidades. Vão também a órgãos que porventura tenha interferência na cidade para que os projetos passem por dentro dos limites do município.

Todo ano é a mesma coisa. Especialmente para aqueles municípios menos viáveis, que têm fração ínfima de suas despesas pagas por impostos municipais, como ISS e IPTU.

Estes casos são os mais graves, inseridos na proposta enviada ao Congresso em 2019, que extinguiria municípios com menos de 5 mil habitantes e com até 10% de seus custos arcados com receita própria.

Não há de se questionar a legitimidade do FPM e outros fundos. Municípios, pois, são os locais onde a política pública ao cidadão é feita. Lutar por uma fatia melhor de um bolo desejosamente maior faz parte do manejo político nacional. Só que, para além destes municípios do extremo da insolvência, percebe-se um fator mais grave: os

municípios não têm poder e recursos para se tornarem independentes. Com este cenário, não tem reforma administrativa – aquela nunca efetivamente enviada ao Congresso – que dê jeito.

Entra-se num dilema quase insolúvel. Se municípios, especialmente os mais insolventes, são centrais de desvio de verbas e fortalecimento de feudos políticos, e é necessário articulação e união destes mesmos políticos para se solucionar o problema – que pode, ou não, passar pela unificação de municípios, mas também inclui novas regras de gestão financeira supramunicipal.

Não se coloca esforço para se formar planejamentos de reversão de longo prazo. Pode-se buscar razão de ser bastante simples: longo prazo não dá voto. E dá muito mais trabalho.

Há um problema anterior, portanto. A peregrinação por recursos, válida e necessária, é tratar a febre, não a doença.

É chegada a hora de se estabelecer novos entendimentos de gestão pública no Brasil. Se a reforma administrativa e a proposta de fusão de municípios não são suficientes, o que mais falta?

Talvez o primeiro passo é definir uma nova finalidade da coisa pública. Que não é, embora seja importante, a responsabilidade fiscal. Não quero, com isso, defender loucuras de projetos impraticáveis – controladorias existem para este fim. Mas que se olhe para o problema respeitando as possibilidades de contorno. É compreender que alguns entes, infelizmente, vão operar no vermelho.

Faz-se urgente construir um modelo de país que seja construído sobre a compreensão de pautas e realidades. E a partir do que temos, sem julgamentos, como levantamento de dados, planejar a nação que desejamos. Quando deixaremos de ser o país do futuro?

20

POR GABRIEL GALO

CGU

A URGÊNCIA DE SE DEMOCRATIZAR A CONTROLADORIA



◆ ARTIGO EXCLUSIVO ◆

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA É FAZER BOA POLÍTICA

Quando a gestão ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, criou a Controladoria Geral do Município (CGM), a partir da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, os resultados foram imediatos. No mesmo ano, estourou o escândalo da Máfia do ISS, que além de recuperar recursos para a Prefeitura, possibilitou prender fiscais e empresários envolvidos no esquema de corrupção.

A Controladoria, quando operada de maneira autônoma, dá resultados.

Em 2011, a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro, instituiu o que se convencionou chamar de Lei de Acesso à Informação (LAI). Regulamentada pelo Decreto 7.724, em 2012, a LAI aborda as especificações exigidas dos entes federativos e atribui dois tipos de transparência: a ativa e a passiva.

Na ativa, os municípios estão obrigados a disponibilizar informações da execução orçamentária e fiscal, independentemente de terem sido solicitadas pelos cidadãos. Para aqueles com população acima de 10 mil habitantes, no site das prefeituras deve conter, no mínimo: registro das competências e estrutura organizacional; endereços e telefones das unidades; horários de atendimento ao público; registros de repasses e transferências de recursos financeiros; registro das despesas; informações de procedimentos licitatórios, seus editais e resultados e contratos celebrados; dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; perguntas mais frequentes e suas respostas. Essas

informações podem constar ou no Portal da Transparência ou em outro espaço específico definido pelo poder municipal.

Na passiva, ficam obrigados a implementar procedimentos adequados e a atender aos pedidos de informações requisitados pelos cidadãos num prazo de até 20 dias, prorrogáveis por mais dez, mediante justificativa expressa e determina que o serviço pode ser acessado por qualquer pessoa independentemente de sua motivação.

Os municípios com menos de 10 mil habitantes não têm a obrigatoriedade de divulgação na internet, mas devem disponibilizar, em tempo real, informações relativas à execução orçamentária e financeira, quando solicitado.

A LAI foi um capítulo fundamental na ampliação da transparência dos gastos públicos. É ela que facilita o acesso amplo a informação que o governo não quer que seja visível. E é ela que vem sofrendo ataques constantes do Governo Federal, não apenas no descumprimento de regras, mas até nas tentativas de reescrever a Lei e ampliar os dados sigilosos.

Nem a LAI, nem outra lei, específica, no entanto, a necessidade de se instalarem Controladorias nos municípios. A ação de implantar uma controladoria independente vai de cada prefeitura.

Só que se raros são os municípios que as implantam, não são raros os municípios que descumprem itens básicos detalhados na LAI. Não necessariamente na não disponibilização de espaços público para consulta de informações obrigatoriamente abertas, mas também na não atualização de dados. Ou seja: o espaço existe, mas está ou vazio ou desatualizados.

Como, se vê, o buraco é bem mais embaixo e o caminho a ser percorrido, ainda mais longo e árduo.

Se não necessariamente na ausência de Controladorias, o descumprimento de itens da LAI atesta um aspecto espúrio dos gestores públicos: o desejo de esconder informações.

Sabem os donos do poder que é justamente na ampla abertura de dados que se encontra o caminho da corrupção. Basta, pois, seguir o dinheiro e comparar os dados com outras Prefeituras de tamanho e localidades similares.

Alguns, receosos, logo cortam o acesso pela raiz, caso, por exemplo, da cidade de Nilópolis, na Baixada Fluminense. Outras disfarçam minimamente, escondendo os meios de busca num limbo invisível. Outras, mais sofisticadas, confiam na não punição.

Está neste terceiro item justamente aquilo a que servem as Controladorias.

Os dados, em si, não significam muito. É o comparativo que indica se houve mau uso do dinheiro público. Só se percebe o absurdo de preços de uma máscara durante a pandemia ao se analisar a curva de preços anteriores e também quanto se gasta por unidade comparado com outros lugares.

Esse trabalho condiz, pois, com um de investigação. Que acontece por meio de vibrantes e participativos instrumentos, público ou privados de checagem de dados. Mas estes, entretanto, ocorrem especialmente em nível Federal.

Em termos proporcionais, no entanto, estão nos municípios os maiores desvios de verbas. E as prefeituras se aproveitam de brechas na lei e nas dificuldades de obter informações, para empurrar malfeitos com a barriga.

Como, então, resolver essa situação?

Há caminhos diferentes para se impor maior pressão a este tema, que só terão efetividade de feitas em conjunto.

Um primeiro envolve o Legislativo Federal, a impor a criação de Controladorias para cidades acima de 100 mil habitantes, punições mais severas para quem descumprir os itens da LAI e também alternativas para acelerar o processo de julgamento.

Um segundo é se estabelecer comissões ativas de moradores para avaliar os resultados e cobrar efetivamente o serviço público, preferencialmente com o apoio da imprensa – sabe-se, contudo, o quanto políticos adoram ter controle dos meios de comunicação nas mãos. A pressão popular organizada é poderosa e, infelizmente, subutilizada.

Um terceiro envolve também pressão popular para que as Câmaras Municipais iniciem estudos para implantação de Controladorias.

Um dos gargalos principais é o custo para implantação de controladorias em municípios de pequeno porte, que não têm nem a verba nem o conhecimento para tocar algo deste porte. Este argumento é válido, porém contornável. Especialmente se os municípios, tão independentes entre si, encontrem meios de formar consórcios para que, juntos, criem um órgão supramunicipal de finalidade específica. Falando em termos mais corporativos, seria uma espécie de central de serviços compartilhados de controladoria.

Esta deveria ser, inclusive, pauta prioritária nas organizações nacionais de prefeituras.

Mas, infelizmente, não há interesse. Cabe ao cidadão fomentá-lo.

A democratização de Controladorias é passo fundamental e urgente para se tratar a coisa pública com a devida atenção. Busque maneiras de atuar na sua cidade. E nestas eleições 2020, observe atentamente cada candidato e procure saber qual o nível de empenho na criação de Controladorias.

23

MARCOS SILVEIRA

ADMINISTRADOR PÚBLICO E
DIRETOR EXECUTIVO DA DATAPEDIA

“REALIZAR UM BOM DIAGNÓSTICO DÁ CLAREZA E PRIORIDADE NOS PROBLEMAS MUNICIPAIS. O NOSSO SONHO É DEMOCRATIZAR ISSO PARA TODAS AS PREFEITURAS DO PAÍS.”



◆ ENTREVISTA ◆

Marcos Silveira é paulistano. Gestor Público formado na FGV, membro do AGORA! e da RAPS e talento da Educação pela Fundação Lemann, Marcos é entusiasta do governo e da política, tendo atuado como chefe de gabinete da vereadora Janaína Lima (Novo-SP) na cidade de São Paulo. É, desde o fim de 2015, diretor executivo da Datapedia, empresa especializada em dados públicos que fundou com Patrícia Tavares, ela também administradora pública e atualmente professora do Insper. Ele é também colunista do portal UOL Política, onde escreve sobre dados na gestão pública.



“ Nós, e a Patrícia Tavares, temos um background em gestão pública. Os trabalhos que realizamos em paralelo acabaram se somando, pois tinham uma similaridade grande, que era de dar um norte, um direcionamento, um planejamento pra gestões municipais promoverem bons mandatos, qualidade de vida e boa alocação de recursos públicos. Nesses trabalhos, identificamos que no Brasil existem boas bases de dados sobre número de habitantes, nível socioeconômico, qualidade de vida, educação, saúde, assistência social e todas essas temáticas que servem como bandeiras de propostas e de campanhas. Percebemos que, com elas, é possível realizar diagnóstico bom da realidade de cada cidade, com alta qualidade. Uma vez com elas à disposição, pode-se avaliar o que está bom ou ruim, se o benefício atinge o máximo de pessoas, se são serviços universalizados e suas qualidade, dentre muitas outras coisas.

Mas essas bases de dados estavam num ‘limbo’, estavam escondidas, além de serem muito técnicas e esparsas. A oportunidade que foi criar uma janela única de dados que estejam unificados e traduzidos para democratizar o acesso à informação de qualidade e todas as prefeituras do país.

Para poder organizar essas informações, criamos projetos piloto para validar a os controles e diagnóstico. A Patrícia Tavares fez isso em **Contagem/MG** e eu fiz isso em Catanduva, interior de SP. Com esses trabalho a gente criou um norte prioritário de ações que deveriam ser desenvolvidas pelos prefeitos e com isso foi feito um trabalho de melhoria de indicadores mais prioritários nessas localidades.

No caso de Catanduva, o diagnóstico da cidade mostrou uma realidade de certa forma desconhecida pelo prefeito. As prioridades que no início do trabalho eram recapeamento ou criar um mercado público municipal pra promover o turismo, na percepção superficial, com a análise dos indicadores, virou um plano de ataque para melhorar a qualidade da educação da cidade, melhoria do capital humano na cidade como motor de desenvolvimento econômico.

Com isso, saiu-se de um **Ideb** de 5.9 para um Ideb de 6.9 entre 2011 e 2015. Essa transformação aconteceu com uma serie de políticas, mas principalmente porque foi feito um bom diagnóstico, entendendo os principais problemas da cidade. Adicionalmente, foi feito um plano de futuro, com indicadores claros.

A pauta, então, se tornou prioridade que foi acompanhada na gestão. Assim, escolas foram reformadas, aumentou-se a oferta de creches, entendimento de que havia áreas mais vulneráveis que careciam de mais atenção da administração... Foi uma transformação completa do plano de campanha, que tinha uma abordagem mais generalista, em métricas quantificáveis. Essa priorização e identificação favoreceu a ação do setor público, que é muito dispersa por ser também generalista. Quando ela se torna específica e com uma referência de indicadores, começo, meio e fim, as ações começam a ganhar mais articulação e integração. Com isso, educação passa a atuar junto com obras, com a saúde, com a assistência social, e se obtém até ganho de escala, que costuma não ocorrer nas prefeituras por serem pastas isoladas que promovem suas bandeiras generalistas.

Em linhas gerais, a ideia destes dois casos teve um primeiro passo: realizar um bom diagnóstico, que dá clareza e prioridade nos problemas municipais. E o nosso sonho foi democratizar isso para todas as prefeituras do país.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).



Como acesso mais aberto a dados faz com que o poder público enxergue melhor suas necessidades?



Vou referenciar isso com alguns exemplos de quem usa a plataforma. A secretaria de educação de Londrina/PR, por exemplo, não tinha uma referência muito clara do tamanho da população de analfabetos que havia na cidade. Consequentemente, não tinha uma noção de como dimensionar os serviços de educação de jovens e adultos. Estava tendo, inclusive, um embate na Câmara por causa disso. O número que se dizia era de 20 mil. Ao se debruçar sobre os dados, cruzando com informações do TSE, viu-se que o número efetivo era de 8 mil analfabetos, numa atualização mais recente. A partir disso, ela conseguiu dialogar com a cidade, expondo os números corretos, dimensionando os recursos de acordo. Com isso, as outras ações de vulnerabilidade, como a primeira infância, ela conseguiu dar mais prioridades a outros itens, como aumento de creches e reforma do ensino infantil.

Por causa principalmente da desigualdade no Brasil, o nível socioeconômico de um prefeito ou vereador costuma ser muito mais alto que o da média da população. Aí acontece um pouco o efeito em que você está encastelado numa realidade que não é a mesma da base da cidade. Essas pessoas acabam se tornando invisíveis, porque se percebe a cidade a partir da realidade em que você vive. Então você não consegue avaliar quais são os bairros e como é o dia-a-dia de pessoas que vivem sem saneamento; não se sabe do dia a dia de uma mãe de 14 anos que deu à luz a uma criança. Com os números, você consegue ter uma percepção melhor quão vulnerável é essa população.

Recentemente, com a pandemia, a sociedade brasileira percebeu que o valor do **Bolsa Família era muito baixo**. A gente precisou de um efeito cascata, de uma piora na sociedade, para falar “nossa, parece que a crise que esse valor não condiz de fato com o que as pessoas precisam”. Tem um efeito cultural e psicológico, mas os números estavam ali. Se fosse feito um diagnóstico, uma análise mais crítica, talvez não fosse necessária uma pandemia para se chegar a essa conclusão.

Sai-se do achismo e entra-se no mundo real comprovável, que não é tão retórico, é uma coisa mais propositiva, pragmática, comprometida com a qualidade de vida das pessoas.

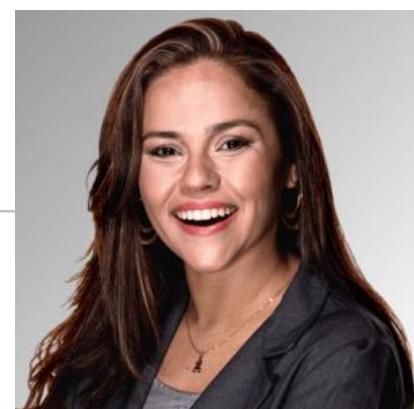
O Bolsa Família é programa destinado às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza; O valor de cada benefício é de R\$ 41 mensais para cada criança de 0 a 15 anos, podendo uma família acumular até 5 benefícios. Há também um benefício para jovens com 16 e 17 anos, de R\$ 48 mensais, podendo uma família acumular 2 benefícios.



As bases de dados da Datapedia passaram por uma expansão recentemente, incluindo dados eleitorais. Como foi essa evolução?



Nós passamos a ser mais do que uma plataforma generalista, só com dados socioeconômicos. Fizemos um teste crítico para avaliar o quanto a gente estava resolvendo de dor para personas do nosso interesse. Também no meio do caminho eu fiz um trabalho de chefe de gabinete para a **Janaína Lima**, vereadora em SP pelo Novo. Com ela, a primeira coisa que eu precisava fazer era identificar onde estavam os votos que ela recebeu nas últimas eleições, e não havia clareza para entender onde estava a base de votos, e conseqüentemente ratear as demandas das localidades de que ela era representante. Essa foi uma experiência que marcou muito e influenciou a maneira como a Datapedia poderia atuar.



Janaína Lima foi eleita vereadora na cidade de São Paulo pelo partido Novo em 2016. Ela faz parte do pequeno grupo de 4 vereadores pelo partido recém criado nas últimas eleições municipais.

Outra experiência nas investigações foi que fizemos um processo de descobrimento de mercado e demanda, envolvendo quase 50 políticos, entendendo que eles não tinham pragmatismo para definir metas de votos, aliados, comparações de perfis ideológicos, pra fazer cruzamento de informações socioeconômicas versus informações político-eleitorais.

Nesse processo de descoberta da dor que eu tive no gabinete e das dores que esses usuários testes passaram pra gente, vimos quais eram as principais perguntas que precisávamos responder, e a partir dessas perguntas, buscar o que havia de disponibilidade de dados.

Feito esse mapeamento, iniciamos uma linha de pesquisa com a **Universidade Federal de Campina Grande**, na Paraíba. Com eles, fizemos algo que as empresas deveriam fazer mais: P&D com universidades. Com ajuda dessas pessoas, gradativamente, fomos desenvolvendo a nossa patente, com propriedade intelectual, e fizemos esse georreferenciamento extremo de votos nos locais de votação e resultados de urna de 2012 a 2018.



Quais os próximos passos da Datapedia?



Realizamos um trabalho do qual nos orgulhamos muito trabalho com a **Fundação Maria Cecília** sobre a primeira infância. Este projeto abre uma porta pra gente trabalhar curadoria de bandeiras, como educação, com outro parceiro de renome, de peso, que estude bastante os temas e a gente consiga promover um passo a passo de melhoria da gestão com essa curadoria. Dá pra fazer isso pra saúde, infraestrutura, uma série de bandeiras.

A plataforma de eleição transmuta para uma plataforma de gestão municipal. E tem um leque amplo pra gente modificar algumas coisas de eleições municipais para eleições estaduais e nacionais.

Além disso, o que aparecer de outros projetos e oportunidade, a gente avalia.

A pandemia forçou uma digitalização forte para a economia, e a gente tem uma capacidade boa para pautar a digitalização de demandas de serviços públicos, concessões, empresas até, consultorias interessadas.

O sonho da Datapedia é a gente conseguir 2 ou 3 projetos no portfólio dessas curadorias de bandeiras similares ao que fazemos com a Fundação Maria Cecília, e atuar fortemente com mandatos, atingindo uma população somada dentro dos municípios que chegue a 10 milhões de habitantes.



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal



28

POR GABRIEL GALO

POR QUE TEMOS DUAS ELEIÇÕES APARTADAS?



◆ ARTIGO EXCLUSIVO ◆

FAZ SENTIDO. SE ELEIÇÕES MUNICIPAIS FIZEREM

Diretas Já teve grande aderência popular e foi pilar da redemocratização brasileira. 1984



Entre março de 1983 e abril de 1984, o Brasil viveu o auge do movimento Diretas Já. Pessoas tomavam as ruas exigindo poder votar. O movimento teve apelo não apenas popular. Políticos abraçaram a campanha com fervor. Até mesmo o Corinthians, time de futebol da capital paulista, estampou em suas camisas chamadas para eleições diretas – primeiro para governador, em 1982, depois para defesa da democracia.

Em São Paulo, a eleição para [governador em 1982](#), ainda dentro do regime autoritário e realizada sob tutela das forças armadas, foram as primeiras desde 1962, e elegeu André Franco Montoro ao Palácio dos Bandeirantes. Era mais um passo em direção à reabertura democrática do Brasil. Mas o povo queria mais. Queria, principalmente, votar para presidente.

Com este fim, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) propôs, então, a [Proposta de Emenda Constitucional \(PEC\) nº 05/1983](#),

que ficou popularmente conhecida como Emenda Dante de Oliveira. Segundo pesquisa do IBOPE, 84% da população era favorável à aprovação. Mas o Congresso tinha outros planos.

Por considerar que a transição seria abrupta demais, no dia 25 de abril de 1984, a PEC, foi rejeitada por pouco. 298 deputados se declararam a favor, sendo que para seguir ao Senado, seriam necessários 320 votos. 113 deputados se ausentaram da votação. Com isso, o primeiro presidente civil do Brasil desde 1964 seria oriundo de eleição indireta.

Costuraram-se acordos para minimizar o problema. O PMDB, oposição de primeira hora à Ditadura, conseguiu emplacar o nome de Tancredo Neves para concorrer, mesmo que, para isso, tivesse que aceitar José Sarney, que era contrário ao voto popular, como seu vice. E, no mesmo ano, 21 cidades elegeriam seus prefeitos pelo voto direto.

Foi em 1985 que São Paulo viu Jânio Quadros ser eleito prefeito, derrotando um favorito Fernando Henrique Cardoso, que inclusive bateu controversa foto na cadeira de alcaide antes da data de votação.

O mandato teria apenas 3 anos. Em 1988, na esteira da nova Constituição, novas eleições seriam conclamadas. Em 1989, finalmente, teria-se a eleição presidencial, com mandato



Políticos como Brizola, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e FHC participam de ato do Diretas Já em São Paulo. 1984

de 5 anos, últimos antes que se equalizassem os mandatos, em termos de duração de 4 anos, entre os entes federativos.

Estaria, assim, estabelecido que a cada 2 anos, a partir de 1992, o Brasil teria eleições. Uma para se elegerem o que hoje representa quase 90% dos políticos eleitos, ou seja, prefeitos e vereadores; outra, para serem eleitos representantes executivos e legislativos das esferas estaduais e federal.

No resto do mundo, quase sempre sem o advento do voto municipal, as eleições são apartadas entre executivo e legislativo. Esse arranjo favorece um equilíbrio entre os poderes.

Algo similar pode ser aplicado no entendimento da importância de manterem eleições apartadas no Brasil. Pese-se o argumento correto de que uma eleição a menos representaria menos gasto público, maior autonomia individual entre poderes – evitando os casos de políticos que abandonam mandatos para buscarem voos

maiores em outras instâncias – e minimização de atuação política a cada 2 anos – o que efetivamente trava prefeituras, utilizadas como agentes de organização e mobilização de campanhas políticas –, há uma condição que se destaca: evitar a federalização de temas.

Na hierarquia política, o município é o menos visível. O noticiário é dominado pelo governo federal e o estadual. Pouco, ou nada, se acompanha do cotidiano municipal.

E se o argumento de Franco Montoro para justificar os municípios como entes federativos é válido, é fundamental se criar o ambiente para fazer com que eleições municipais tenham como pauta principal as necessidades do município.

As eleições apartadas podem ter origem num arranjo de adequação de datas e na separação de cargos eletivos absolutos, mas está no evitar a federalização do debate público o valor maior para que se construa uma abordagem adequada da política municipal.



31

POR FERNANDA GALVÃO

JORNALISTA E CONSULTORA POLÍTICA

CONHECE-TE A TI MESMO, CANDIDATO



◆ ARTIGO EXCLUSIVO ◆



por **FERNANDA GALVÃO**



FALA. GALVA!

Quem poderia imaginar que eu iria até o filósofo **Sócrates** para falar das eleições de 2020? Mas é isso mesmo. Vamos lá.

Vem do filósofo grego, que viveu lá pelos anos 499 A.C., a ideia de que só o **autoconhecimento** seria capaz de nos levar à **autotranscendência** e fazer com que fôssemos capazes de nos transformar e ao mundo ao nosso redor. E o que querem – ou dizem querer, não é mesmo? – os políticos a cada eleição, se não ter a chance de impactar suas regiões e transformar as suas realidades?

Como consultora política, e atuando no meio político há 20 anos nas mais diferentes funções, posso afirmar que as campanhas mais bem sucedidas em que atuei tinham um ponto em comum: o candidato sabia o que queria, sabia onde queria chegar e mais: sabia quem era e do que era capaz de fazer. Estes fatores faziam com que as ações desenvolvidas ao longo da corrida eleitoral tivessem efetividade, visibilidade, eficácia. E eventualmente traziam o resultado esperado: a eleição.

Neste ponto é bom considerar que não necessariamente uma campanha precisa

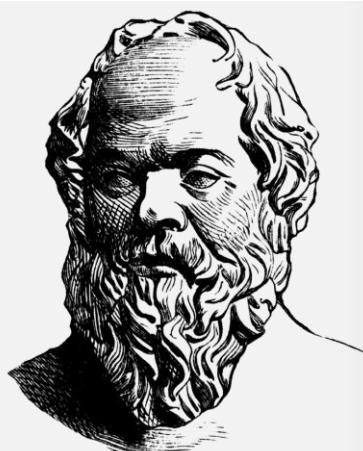
levar à eleição do candidato para ser avaliada como bem sucedida, já que sabemos que muitas vezes tal fato decorre de uma série de fatores. Não faz sentido considerar um candidato que não foi eleito, mas que era um solene desconhecido e depois de um pleito passou a ser considerado alguém a ser considerado e respeitado, como um fracassado. Campanha bem sucedida é aquela de onde o candidato sai maior do que entrou, eleito ou não - sim, é possível sair menor mesmo sendo eleito.

E até a capacidade de enxergar isso, e não se deixar derrotar pelo que se vê nas urnas, fala a favor de um candidato que sabe quem é.

O problema é que entra ano, sai ano, o que sempre bate nas nossas mãos de consultores são candidatos querendo fórmulas mágicas que garantam a eles um mandato. Iguais a todo mundo. Com a mesma linguagem, a mesma cara, a mesma fôrma, o mesmo tudo. Antigamente, bastava ver o horário eleitoral pra ver como pareciam todos resultados da mesma receita de bolo, hoje basta dar uma olhadinha nas páginas de Facebook e nos perfis de Instagram de pré-candidatos.

Eu até entendo, em certo nível. É aquela coisa, né, se todo mundo faz é porque deve dar certo, não é? Só que não, não é nada disso.

A escolha de um candidato, mas a escolha mesmo -- não estou falando daquele que recebe o voto porque alguém passou pra ele o número numa mensagem no WhatsApp minutos antes de ir votar -- demanda um processo que vai da indiferença à adesão.



A meta de todo candidato tem que ser a adesão, porque é neste momento que o eleitor passa a ser aquele que, além de clicar seu número na urna, tenta trazer mais voto para o escolhido. E como aderir ao que não temos a menor ideia do que seja? O eleitor quer saber com quem o candidato anda, o que ele pensa, o que ele deseja e o que acredita. Quer se sentir parte, quer se ver como agente da mudança do mesmo jeito que o seu candidato. É disso que a política representativa trata: ele sou eu, no Governo, no Parlamento.

Só que é meio desafiador mostrar pro eleitor quem é o candidato quando este mesmo candidato chega pro consultor com uma lista de materiais de outros e fala: quero igual pra mim. Não dá, sem condições.

Aí você me pergunta: mas qual a grande dificuldade em buscar o autoconhecimento? Pois é, parece uma coisa simples. Só que não é, e eu vou explicar o porquê.

Olhar pra dentro e enxergar nossa verdadeira essência significa encarar nossos defeitos, nossas manias, nossas idiosincrasias. É ter que admitir que de repente você não está sempre tão coberto de razão. É ter que reconhecer que às vezes é melhor perder, de um lado, pra ganhar lá na frente.

Este ano, ainda por cima, temos uma campanha atípica. Como ir pra rua, fazer caminhada, apertar mãos e abraçar pessoas, se estamos no meio de uma pandemia? O coronavírus bagunçou o script de todo mundo, que foi obrigado a migrar pro digital pra tentar garantir alguma relevância e manter o nome ativo na mente do eleitor –

vamos combinar que não podemos falar que foi de uma hora para outra, não é? Pelo menos desde 2006 o cenário eleitoral vem fazendo uso das ferramentas de internet para aumentar a capilaridade dos candidatos, então o pré-candidato que ainda não estava na rede quando a covid-19 chegou já estaria errado, com ou sem vírus pra bagunçar o coreto.

Mas o que tem o autoconhecimento a ver com isso? Tudo!

O candidato que sabe o que quer, que tem clara qual a mensagem que quer passar e o que estaria disposto a fazer para garantir seu bom desempenho sempre consegue ter uma boa fluidez nas redes. O discurso acaba saindo claro porque ele é claro mesmo, pra todo mundo. Vai além daquela coisa de “quero o melhor pra minha cidade” - claro, né, quem vai dizer o contrário?

Buscar o autoconhecimento é o que permite que o candidato reconheça para si próprio as suas deficiências, pois só assim ele pode avançar. Só cresce aquele que reconhece que ainda tem o que conquistar, o que aprender, o que abraçar. É aquilo que mostra pra ele que ele precisa, por exemplo, entender mais sobre o que aflige o cidadão deste ou daquele bairro, em vez de chegar lá cheio de ideias pré-concebidas sobre o que ELE acha que é o melhor para aquela população.

Vou dar um exemplo muito claro. Em 2016 assisti a um programa na televisão de um candidato a prefeito. Ele dizia que tinha andado muito pelo bairro onde eu moro, e que tinha chegado à conclusão de que o



problema era a falta de praças para lazer. E onde eu moro tem um número absurdo de praças, muitas delas, à época, em ótima condição de conservação. Outros problemas mais urgentes, como por exemplo a falta de transporte de qualidade, sequer foram citados. Porque o senso comum dizia que o problema era a praça, não a falta de trens ou ônibus.

Só se permite ouvir o outro aquele que tem segurança suficiente para não se sentir diminuído diante do fato de que é preciso beber dos outros saberes. E o marketing político é sobre isso, é sobre estudar o movimento dos desejos da população. Não é sobre fabricar um candidato de acordo com os seus desejos, e sim sobre responder àquela pergunta:

O QUE É QUE O POVO QUER?

BUSCAR O AUTOCONHECIMENTO É O QUE PERMITE QUE O CANDIDATO RECONHEÇA PARA SI PRÓPRIO AS SUAS DEFICIÊNCIAS. POIS SÓ ASSIM ELE PODE AVANÇAR.



**FERNANDA
GALVÃO**

Jornalista, consultora política e Master Coach.

NAS ELEIÇÕES 2018. O DISCURSO DA 'NOVA POLÍTICA' ATINGIU SEU PONTO MÁXIMO. OS NOVOS REPRESENTANTES. NO ENTANTO. NADA MAIS ERAM QUE REPETIDORES DE VELHAS PRÁTICAS. QUANDO NÃO O MESMO POLÍTICO REPAGINADO. FINGINDO SER CONTRA UM SISTEMA DO QUAL FEZ PARTE POR DÉCADAS.

PARA ESTA EDIÇÃO DA **PAPO DE GALO REVISTA**. ENTREVISTEI 3 CANDIDATOS INICIANTES NA POLÍTICA. OS PRIMEIROS DE UMA SÉRIE. SEM AMARRAS NEM PADRINHOS. ELES DÃO O PONTAPÉ INICIAL NUM AMBIENTE QUE SE ABRE. GRADATIVAMENTE. A NOVAS VOZES.

NAS PRÓXIMAS EDIÇÕES. CONTINUAREMOS ENTREVISTANDO PRÉ-CANDIDATOS. ESPECIALMENTE MINORIAS. QUANTO MAIS ABERTO O LEQUE. MELHOR É O AMBIENTE POLÍTICO DO PAÍS.



36

ROGÉRIO BARRIOS

PRÉ-CANDIDATO A VEREADOR EM SÃO PAULO/SP

“PRECISA EXISTIR O PROJETO DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO PAULO.”



◆ ENTREVISTA ◆

O currículo de **Rogério Barrios**, pré-candidato a vereador pelo PSD em São Paulo, é extenso. Com formação em Relações Internacionais, além de mestrado em ciências da religião e doutorado em educação, foi pró-Reitor da UniSant'Anna, em SP. Considera-se, primeiramente, professor. Inicia, em 2020, sua primeira campanha política. Religioso e ex-dirigente do Corinthians, se afastou dessas frentes messiânicas para buscar uma política sobretudo integrativa. Na nossa conversa falamos extensamente sobre educação e de fomento ao empreendedorismo, na qual ele expôs sete projetos que vê como urgentes na cidade.

1

Na educação, não adianta nós projetarmos qualquer intenção se não tratarmos de dois pontos fundamentais. O primeiro é a **capacitação do corpo docente**. O professor precisa estar capacitado, porque ele não pode dar aquilo que ele não tem. É preciso que a prefeitura e o governo do estado tenham, de fato, pessoas que estiveram em sala de aula, vivendo a rotina da educação. Assim, poderia ser criado um projeto para chamar os professores a treinamentos sistemáticos, tanto remotamente quanto presencialmente.”

E eu falo por prática. Eu chegava como professor de 23 anos numa sala de magistério e depois de 1 ano as crianças não queriam mais fazer magistério, mas faculdade de engenharia química? Eu dava com tanta alegria aula de química, que transformava as pessoas pra fazerem isso. Isso se dá porque ao conseguir, dentro daquilo que se está trabalhando, ao absorver aquilo que importa, ao entender que a sua própria vida vai ser transformada, entrega-se o conteúdo com a mesma contundência.

O segundo ponto é implantar avaliações periódicas com os professores, para que eles também passem por testes para saber se são de fato professores ou se estão professores. É infelizmente comum ter professores ‘provisórios’ por não terem opção de outro emprego, que de alguma maneira foram levados a essa profissão. O fato é que escolhemos a nossa profissão muito jovens. Se eu não tiver capacitação e um projeto de averiguação se esse professor tem o DNA docente, estaremos frustrando a próxima etapa que é alcançar os alunos.

2

Há de se implantar também extensa rede de **laboratórios de informática** nas escolas. Não adianta capacitar os alunos dando celular, computador em casa. Isso não vai acontecer. Eu já tenho o espaço físico que é a escola. Dentro da escola preciso colocar equipamento em laboratórios para que os alunos possam ir até a escola. Durante a pandemia, é possível levar os alunos em regimes de escala. Quando atuei como pró-Reitor da **UniSant'Anna**, centro universitário em São Paulo, sempre obtivemos conceitos excelentes no MEC. E esta classificação depende dos laboratórios de informática. Eu tinha sete laboratórios de informática ali, acessíveis inclusive fora do horário de aulas.

1. CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

2. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA



3

O terceiro passo é fazer uma composição entre escolas e fábricas de cultura. Porque além de ter a escola entregando o currículo padrão, temos que tomar cuidado com a vocação dos alunos. É promover uma aproximação do currículo regular que o MEC manda, com a fábrica de cultura no contraturno. Quer dizer, você tem o turno de aula e o contraturno você precisa avançar em alguns aspectos, entre eles reservar um tempo daquilo que estou chamando de nova educação artística, só que virtual.

4

O MEC liberou 40% das aulas presenciais podem ser EAD, em qualquer curso. O dono da faculdade quer 40% de EAD pra reduzir os custos, com conteúdos modulares e contratando menos professores. Com isso, os donos de faculdade não contratam mais professores com capacidade de ensinar, mas gestores comerciais com habilidade de trazer alunos.

Na PUC foi feita uma estatística* que na graduação no Brasil, 96% dos alunos que terminam a graduação não sabem ler, interpretar e escrever. Dentre muitos motivos, porque o professor que está ali não é o melhor docente. Isso temos que conter no curso de capacitação no município, em que não se tem que trazer o aluno. Ali tem ser feita uma régua de largada, algo em que quem está ali pra dar aula, tem que ter vocação.

Hoje, a criança chega na universidade sem contato com o EAD. Seria necessário um projeto que aumentasse gradativamente o contato do aluno com o EAD. Se na graduação pode 40%, no ensino médio pode 30%; no fundamental II, 20% e no fundamental I, 10%. Considerando que a prova do ENAD tem as notas de quem estuda EAD são maiores que as dos cursos presenciais, nós temos problemas com o EAD do fundamental I ao médio. Na graduação, com o EAD, tem-se uma qualidade de aula melhor que a do ensino presencial. Porque o EAD dá uma capacidade, um tempo pro aluno ler textos, em vez de ficar no trânsito, dá condição do aluno responder na casa dele, sem precisar ir a cantina gastando dinheiro.

Na pratica, na graduação, se conseguirmos trazer os alunos mais acostumados com o EAD, nos seremos atropelados pela qualidade do EAD. Os custos e infraestruturas vão se modelar de outras maneiras, vão se modernizar. Inclusão digital no EAD é garantir uma proficiência básica para que todos, mesmo que tenham abandonado o estudo, tenham conhecimento e discernimento virtual.

*Apesar de extensa pesquisa, não foi encontrada a referência desta pesquisa citada.

5

A realidade da escola pública cria uma competição desleal. Crianças e professores, na prática, estão competindo com alunos de escolas particulares. Como essas crianças poderão concorrer com estes alunos? A Fuvest, por exemplo, faz uma prova completamente elitista, elitizada.

Eu entendo que o projeto da universidade municipal de São Paulo precisa existir. E com a adoção de uma espécie de cota invertida: o que sobrar de vaga, abre-se pra bolsistas que não têm condições de pagar escolas particulares, mas lá estudam.

O primeiro ano da universidade, os alunos vão entrar e, até que a gente possa corrigir o atraso educacional criado, ter aulas de aprimoramento daquilo que não aprendeu no passado. Na UniSant'Anna, por exemplo, implantei um programa de nivelamento, o Aprimorar, e dávamos aulas principalmente de português e matemática.

5. UNIVERSIDADE
MUNICIPAL DE SÃO PAULO

6

Sobretudo, precisamos criar uma alfabetização sociológica. Um dos maiores problemas do Brasil é gerações de analfabetos sociológicos. Porque se a sociologia estivesse integrada numa rotina de alfabetização do aluno, as distorções sociais iam ser mais rapidamente identificadas. Então a gente precisa trabalhar as humanidades, sociologia, antropologia e filosofia com muita força.

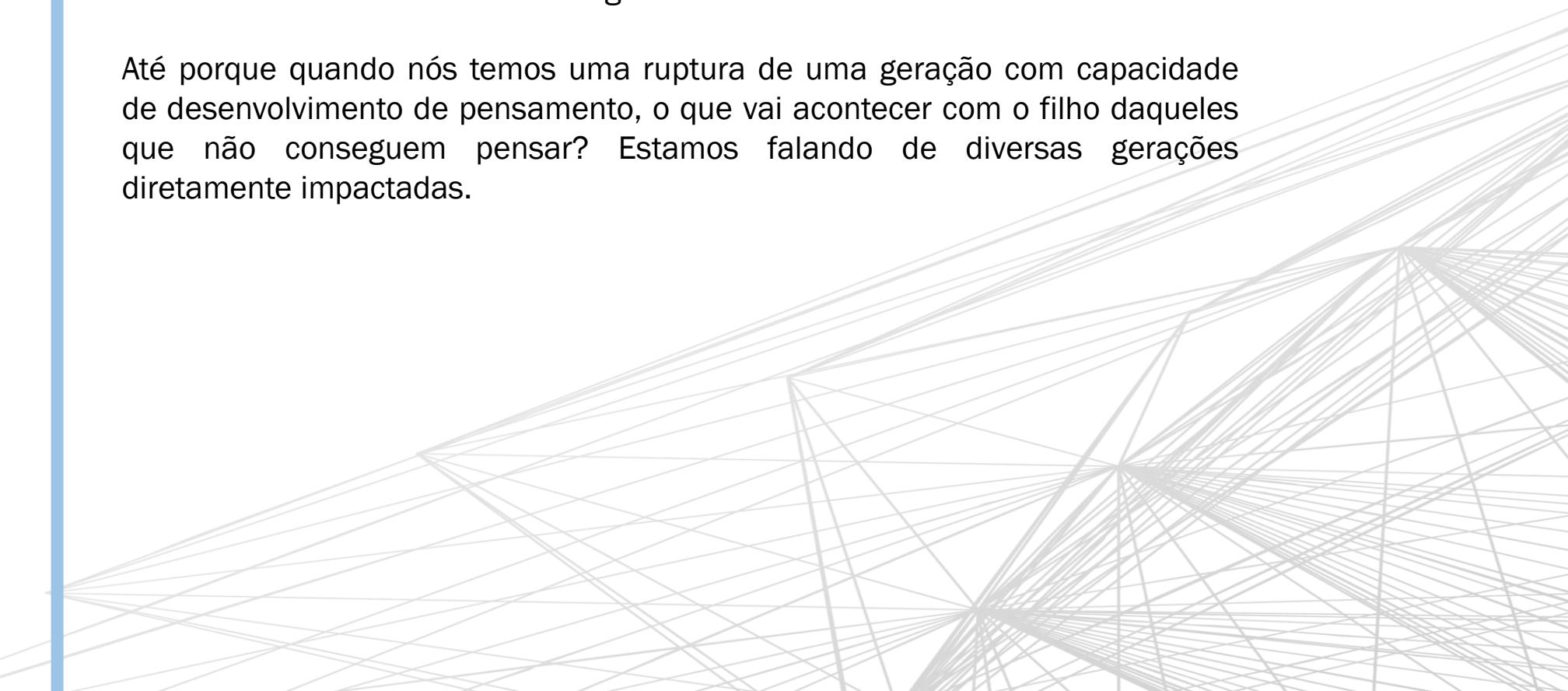
Por que o governo quer dar mais ensino técnico, em vez de faculdade? Porque é muito mais fácil no ensino técnico falar para os alunos “aprenda uma profissão e vá girar a economia, não vai pensar”.

GABRIEL
GALLO

Está sendo forjada mais uma geração não-pensante. Não que seja proibido pensar, como era na Ditadura. Agora está havendo uma proibição implícita, não regimentada, não escrita. Estão tirando a ferramenta que faz a pessoa pensar. Estão lobotomizando uma geração inteira para o pensamento social. E isso é algo substancialmente mais grave.

Até porque quando nós temos uma ruptura de uma geração com capacidade de desenvolvimento de pensamento, o que vai acontecer com o filho daqueles que não conseguem pensar? Estamos falando de diversas gerações diretamente impactadas.

6. ALFABETIZAÇÃO
SOCIOLOGICA



7

Na cidade de São Paulo, vivemos em uma sociedade urbana que se fundamenta fortemente nos serviços. Em meio a isso, estabelecer um real fomento à tecnologia é fundamental, incubadoras, aceleradoras. Temos que passar a exportar aquilo que é mais importante: propriedade intelectual.

É preciso criar um Vale do Silício na cidade de São Paulo.

Já pensou se conseguíssemos colocar de pé projetos de tecnologia como os que eu citei? Exportar é preciso, especialmente tecnologia e propriedade intelectual.

Eu sou bacharel em relações internacionais. Tive a oportunidade de viajar o mundo em missões brasileiras pra poder fazer negócios e percebi que o faturamento anual de fábricas era concluído em viagens internacionais! Como é possível que São Paulo não tenha feira anual internacional com rodada de negócios? Nós temos tudo pronto: aeroportos, hotéis, principais universidades, empresas, matrizes do mundo todo...

Precisamos atrair pra cidade de São Paulo rodada de negócios com os BRICs, retomar o Mercosul com urgência, nos aproximarmos do Pacto Andino. A União Europeia está interrompendo acordos por causa do desmatamento da Amazônia e a Covid.

Eu sei que vereador da cidade de São Paulo tem atribuições mais específicas, mas se tivermos uma comissão que trate de assuntos internacionais, eu iria aonde fosse necessário para convidar autoridades, empresários e investidores para vir a São Paulo e conhecer a nossa realidade, para mostrar que o Brasil não é só o governo federal.



A gente tem que começar a olhar para longe, não apenas para o buraco da rua. É preciso pensar em educação e trazer recursos através de transnacionais e grandes conglomerados pra se instalar na cidade. São Paulo precisa sair na frente de tudo isso.

41

EDMAR BRAGA

PRÉ-CANDIDATO A VEREADOR EM DUQUE DE CAXIAS/RJ

**“A GENTE TEM QUE
DIFERENCIAR O QUE
VEM A SER POLÍTICA.
ESSA PALAVRA, MUITAS
VEZES, AFASTA AS
PESSOAS.”**



◆ ENTREVISTA ◆

Edmar Braga é morador de Duque de Caxias, cidade da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Nascido em Angra dos Reis, mora na cidade desde os 3 anos de idade. Lá, Edmar, como ele diz, estuda, trabalha e toca a vida. Estudante de Direito, aos 27 anos, é pré-candidato a vereador pelo PL.

“ Tenho a esperança de que, com a chegada das eleições, a gente consiga levar a conscientização à população pra falar sobre o que vem sendo feito na cidade de uma maneira geral, tanto no âmbito da prefeitura, do poder executivo, quanto do poder legislativo.

A gente tem que diferenciar que vem a ser política. Essa palavra, muitas vezes, afasta as pessoas. A noção que as pessoas têm é natural e não podemos culpá-las. É a visão de uma política corrupta, inerte, conivente com tudo o que vem acontecendo. Mas política remonta às interações sociais. Nessa conversa estamos fazendo política, quando estamos na rua estamos fazendo política. Política não é algo ruim.

A sociedade as vezes não entende as atribuições do município, confundindo com o estado, mas se a administração pública municipal tiver boa articulação com a união e o governo estadual, eu acho que a cidade em si tem muito a ganhar se tiver um gestor comprometido com essas questões.

E a sociedade tem que cobrar o político que elegeu. Tem que pegar o plano de governo que foi apresentado pelo candidato ou candidata e cobrar. Naquele plano de governo tem as propostas, tem as políticas públicas que se quer implementar, caso seja eleito. E quando a gente volta, raros são os casos em que se cumpriu o que foi prometido no plano de governo.

“ Fala-se muito de política do modo federal, presidente, ministros, e se esquece um pouco dos municípios. Não se sabe ao certo qual é a atuação da câmara, se temos vereadores comprometidos com projetos de lei que beneficiam a sociedade de maneira geral e se está fiscalizando o prefeito, o que muitas vezes não acontece.

O município pode ajudar de maneira direta para a população. É o **ente federativo** que está mais próximo dela. Se a sociedade entendesse isso, e é ele que recebe recursos para gerir e fazer a coisa acontecer, podemos ter uma mudança de pensamento.

Hoje eu sou pré-candidato, minha primeira vez, primeiras eleições, nunca fui filiado a nenhum partido, bom ressaltar isso, embora eu seja a favor das eleições avulsas, um sonho distante no Brasil, pra participar da festa da democracia tem que estar filiado a um partido político, então a gente tem que jogar as regras do jogo, hoje estou no PL, o partido liberal.



O que levou você a entrar para a política?



Na época em que estagiava na Defensoria Pública, na terceira vara cível aqui da minha cidade, eu me deparava com inúmeras situações. Pessoas que batiam na porta do judiciário como socorro, como última forma de ter sua demanda atendida. Porque o poder público, de uma maneira geral, não tem condição de suprir. Lá eu tive a chance de ver problemas sociais, pessoa que precisa de leito, medicamento, dinheiro para comprar medicamento que não está no mercado, e precisa recorrer ao judiciário, via defensoria pública, para sanar esse problema porque a prefeitura, o estado, as autoridades se omitem a resolver.

O meu desejo é contribuir pra uma sociedade melhor.

Ainda mais aqui na minha cidade. Caxias tem 29 vereadores, com média de idade de 50 anos. O mais novo tem 40 anos. Essa renovação é uma das minhas bandeiras, é o que a gente busca aqui em Caxias. A gente tem uma prefeitura que teve suas contas reprovadas pelo TCE, mas a gente tem uma Câmara conivente. Não adianta: todo ano o TCE reprova as contas, a Câmara vai lá e aprova.

E a gente tem uma oposição de mentira. A oposição é composta de pessoas que vão se lançar pré-candidatos a prefeito. Tivemos 4 anos de governo, e hoje essas pessoas tentam reeleição contando mentiras, fazendo obras.... minha luta na política é pela justiça social.

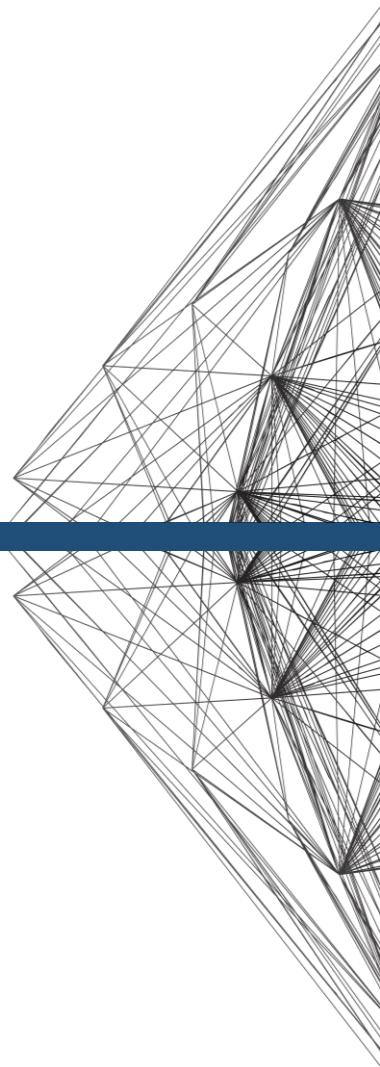


Qual o papel do município para garantir justiça social?



Então, aí eu vou trazer um problema de Caixas que eu acho que se reflete nas metrópoles, é algo bem atual. Com relação às políticas públicas, por exemplo. Aqui em Caxias temos um índice grande de pessoas em situação de rua. O que o município poderia fazer? Políticas públicas voltadas a essa população de rua. Essa é uma das coisas que o município pode ajudar.

E voltando pro social, eu sou católico, faço parte da pastoral do povo de rua na paróquia Imaculada Conceição, aqui mesmo no meu bairro. A gente desenvolve um trabalho social bonito de segunda a sábado que é a distribuição de quentinhas para essas pessoas em situação de rua, entregando medicamentos, medindo pressão, glicose... Onde o poder público não atua, grupos sociais e grupos voluntariados tem feito a diferença. Em Caxias e em todo o Brasil. A questão do povo de rua, eu acho que o município pode ajudar muito na efetivação de políticas públicas. Aqui em Caxias é uma luta nossa, a gente já tem uma lei, mas buscamos efetividade.





Os municípios têm, como você mesmo colocou, menos visibilidade no cenário político. Como fazer a população entender a importância da política municipal?



Um passo muito importante que o **STF** deu recentemente foi **reconhecer a autonomia** dos municípios durante a pandemia. Qual foi o entendimento? Os prefeitos teriam autonomia para fazer decretos colocando cidades em fechamento. Esse reconhecimento por parte da suprema corte é algo que temos que ressaltar, porque fortalece o entendimento da importância do gestor público e do papel da política no município.

Também, prefeito e Câmara devem trabalhar em conjunto. Tem que se levar transparências às contas públicas, com ampla abertura à Lei de Acesso à Informação, incluindo licitações, compras, obras, tudo colocado num portal da transparência. E é algo que não encontramos mesmo em cidades grandes. Aqui em Caxias, por exemplo, não se consegue ter acesso a quantos funcionários tem um gabinete de um vereador. O portal de transparência da prefeitura não oferece acesso aos gastos públicos. A gestão justifica com a pandemia, mas ter exceção para contratação não significa não fiscalizar.

Além disso tudo, hoje temos uma família tradicional no poder que tem pessoas eleitas em diversos cargos. A gente tem um grupo de poucas pessoas com poder e que não representam de fato a sociedade, tanto no executivo, quanto no legislativo. A gente tem que fazer esse trabalho de conscientização. Tem aparecido muitos candidatos se dizendo contras velhas políticas, mas repetindo velhas práticas.

O que a gente vê nesse período de pré-campanha são candidatos que desconhecem as funções e cometem equívocos. Eu vejo muito até mesmo vereadores se aproveitando da estrutura da prefeitura para se autopromover. Um exemplo é uma limpeza de uma rua, feita pela secretaria, vereador vai lá fazer uma foto e publica como se fosse indicação dele. É um trabalho árduo para esclarecer qual o papel do legislativo e do executivo.



As campanhas políticas em 2020 serão bem diferentes. O campo pode nem sequer ocorrer, concentrando-se atividades na internet. Como enxerga isso na sua candidatura? E isso pode se tornar uma renovação forçada dos políticos 'antigos'?



No ano de 2018 a gente teve um grande índice de campanhas feitas nas redes sociais, como a do presidente. Com o avanço da pandemia, fica ainda mais em evidência. Eu já acreditava muito no potencial da internet para alavancar campanha política, e acredito que nessa campanha desse ano os candidatos que não tiverem o seu trabalho exposto de maneira clara, buscando cativar e conversar com as pessoas, entendendo demandas, começam perdendo a eleição.

A maneira tradicional vai existir. Estamos acompanhando de perto as resoluções do TSE para saber o que vai poder ou não. Eu acredito que vá ter uma limitação do campo, como caminhadas e aglomerações, mesmo com o adiamento das datas das eleições. Convenções serão online, por exemplo.

A internet é uma saída. Até para pessoas que não tem muitos recursos. Vai fugir da maneira tradicional, e a internet, em alguma medida, vai proporcionar uma grande renovação nas Câmaras municipais de todo o Brasil, aproximando o poder de quem abusa da máquina pública e do poder econômico para garantir suas vagas.

O APELO QUE EU FAÇO É QUE AS PESSOAS PESQUISEM O CURRÍCULO E HISTÓRICO DAQUELES QUE ESTÃO SE COLOCANDO PARA REPRESENTÁ-LAS. HOJE TEMOS UMA FERRAMENTA MUITO BOA NAS REDES SOCIAIS PARA TER ACESSO A TUDO E SABER EM QUEM ESTAMOS VOTANDO.



46

JUAN MEDEIROS

PRÉ-CANDIDATO A PREFEITO EM NILÓPOLIS/RJ

“O MEU OBJETIVO NA POLÍTICA É USAR TODA A MINHA HABILIDADE, MEU CONHECIMENTO, PARA TRANSFORMÁ-LA EM NEGÓCIO. É ENXERGAR O CIDADÃO COMO CLIENTE.”



◆ ENTREVISTA ◆

Juan Medeiros é uma figura carismática. Nascido na Ilha do Governador, morou quase 3 décadas em comunidades cariocas, sendo duas delas no Morro do Dendê. Cresceu na vida corporativa depois de obter cursos técnicos em informática. Foi executivo de empresa multinacional e camelô, palestrou em TEDx, e é também presidente da associação comercial de Nilópolis, um dos 13 municípios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, que escolheu chamar de casa. Com desenvoltura e sem conter as palavras, conversa sobre sua história, suas ambições e sua entrada na política.

“ Eu sou presidente do PSDB de Nilópolis e tenho orgulho de dizer o quanto a nossa estrutura é bem organizada. Eu estou no mercado executivo há 23 anos, e empreendo há 15. Então quando eu peguei o diretório, eu o peguei com 6 anos de dívidas, com prestação de contas a ser feita, com processo no TRE... Eu tive que pegar o meu advogado e desarquivar processos para ver o que estava rolando. Hoje eu tenho aqui uma estrutura fantástica, com um auditório pra 120 pessoas, com telão gigante. Ninguém tem igual.

E para mim, política é empresa. O candidato tem CNPJ, presta conta, o partido também. Tudo aquilo que trabalho na minha vida corporativa, eu uso para a política.

“ Eu sou iniciante na política. Muitos políticos vem da história progressiva da família política, que tem aquelas habilidades, principalmente as habilidades escusas de negociação e não tem a questão do relacional. Um dos rios que corta a cidade, o Periperi, ele destruiu um muro de contenção de um terreno baldio e tem uma residência ao lado. Se aquilo for assorear, o muro da residência vai cair e tem vidas ali. Ah, aquilo é atributo e compromisso do INEA, mas a responsabilidade de estrutura física é da prefeitura. E fica um disse-me-disse. A cidade tem pressa, o problema precisa ser resolvido. Ficar muito nesse jogo, vai muito do próprio judiciário. Fazendo uma analogia de uma ordem temporal, aqui nós temos o Legislativo, que são aqueles que fazem as leis, ou seja o passado, e você tem o Executivo, que tem que atuar diante daquela lei criada pelo Legislativo, isso é presente. E o futuro é o judiciário, que vai criar sanções e punir se não tiver sendo executado.

A política é isso, ou você tem jogo de cintura ou não.

“ Eu nasci na Ilha do Governador, um bairro da cidade do Rio de Janeiro, numa colônia de pescadores em frente ao aeroporto internacional do Galeão. No início da década de 80, o bairro foi desapropriado e as famílias foram para outros locais, como Duque de Caixas e Tubiacanga. A minha família optou em ir ao Morro do Dende. O Dendê, por logos anos, foi a favela, depois da Rocinha, com maior armamento bélico dentro do estado do RJ. Eu morei 27 anos na Ilha do Governador, sendo 20 no Morro do Dendê.

Perdi muitos amigos para o tráfico, gente da minha família se envolveu também. Só que eu nunca me envolvi. Logico, tive relação de proximidade, porque é o meio, mas nunca atuei em nada ilícito ou criminoso.

Comecei a estudar, fiz o ensino fundamental e o médio na Ilha do Governador, e comecei a trabalhar muito novo com informática. Fui crescendo, passei por diversas empresas. Comecei com analista de suporte e em meu último emprego, em 2016, fui gerente nacional de uma empresa suíça. Entrei como consultor e em 9 meses virei gerente nacional. Gerenciei 18 estados no país. Eu só me submetia ao meu diretor nacional e ao CEO da empresa e em 18 estados eu fazia a função de preposto e todos os negócios tramitavam sob a minha gestão.

CRISE E TRABALHO COMO CAMELÔ

“ Antes disso, em 2008 eu passei fome. Nesse período eu conheci a minha atual esposa, com quem estou casado há 11 anos. Fomos camelôs, porque eu estava desempregado, apesar de ter um currículo excepcional, mas foi um momento muito ruim de crise. Depois eu tive essa oportunidade nessa empresa suíça, graças a deus. Tive empresa na Europa nesse ínterim em que eu trabalhei nessa multinacional, fui um cofundador de uma startup em Luxemburgo, fui incubado na Plug & Play Tech Center no Vale do Silício, na Califórnia, tive algumas outras startups. Ganhei e perdi muito dinheiro. Aí, em 2016, eu optei por sair e tocar meus pequenos negócios.

Em 2017 eu vim pra Nilópolis. Nesse lapso temporal, de escolha de cidade, eu sai da Zona Norte do Rio de Janeiro. Eu sempre gostei muito de periferia, de economia colaborativa, da questão do empreendedorismo, por eu ter vindo de favela e ter me tornado, de certo modo, uma referência corporativa. Eu queria ensinar as pessoas, especialmente do meu lado social. Para empreender, a formação pedagógica é muito importante, mas vai muito além do empreendedorismo. Resiliência, resistência, empatia, trabalhar reciprocidade, isso socialmente falta nas pessoas, que às vezes tem uma formação excelente, MBA, doutorado, pós-doc, mas é alguém que não dá bom dia pro porteiro. Então pra você ser um bom gestor, tem que primeiro saber servir muito bem.

ASCENSÃO E CHEGADA A NILÓPOLIS

“ Em 2017 eu me tornei vice-presidente de um dos 15 conselhos da Associação Comercial do Estado do RJ. Eu fui o primeiro empresário oriundo de favela, de periferia, a assumir uma cadeira de conselheiro e executivo lá, e isso é motivo de orgulho e pertencimento. E eu pensei ‘eu preciso replicar isso pra cultura periférica’. Eu queria que essas pessoas com que lidava investisse na periferia. Falei ‘ não vou fomentar Urca, Gávea, Ipanema, porque estes não precisam de mim pra disso’. Isso é nativo. Eu preciso falar pros caras da Ilha do Governador, de Santa Cruz, de Campo Grande, de Bangu, de Padre Miguel, eu preciso falar para esses empreendedores.

Eu escolhi a cidade de Nilópolis porque dentro do meu estudo muito breve dos 92 municípios do estado do RJ, Nilópolis é o 9º IDH, sendo o primeiro da baixada fluminense. E ele até pouco tempo, 3 anos atrás, foi o município com o maior adensamento demográfico do país. Eu me perguntei como uma cidade com 9 km de perímetro urbano, encravada no meio de grande potências industriais do estado, como Nova Iguaçu e Duque de Caxias é o nono IDH do Rio de Janeiro e o primeiro da Baixada? O que que tem lá? E eu vi que a cidade é quase como uma propriedade privada sob controle da família de **Aniz Abraão David**, o bicheiro mais velho em vida do Brasil.

A economia aqui é muito provinciana. Não tem nada muito inovador. E a cidade vive isso há 72 anos. Isso por conta da família que a controla. Então eu fiz um benchmark, eu estudei muito a região. E concluí que Nilópolis era o oceano azul. Pensei, se eu souber aplicar tudo que eu aprendi em 15 anos empreendendo e 23 anos de carreira corporativa, eu vou despontar e ficar rico. Eu vim pra cidade pra ficar rico. Não tenho vergonha de falar isso.

Ninguém monta um negócio, contrata pessoas e paga impostos para viver com pouco. Eu fundei um negócio para que em 5 anos eu ficasse de fato rico. Meu objetivo era criar um negocio totalmente inovador. E assim fundei o primeiro coworking, algo que todo mundo só conhece em bairro rico, em São Paulo, da Baixada Fluminense.

Graças a deus, o negócio cresceu. No espaço tem auditório pra 120 pessoas, elevador, banheiro com acessibilidade, um polo universitário EAD com graduação e que vai ter pós-graduação. E isso foi uma “mosquinha” dentro da Associação Comercial do Estado, que começou a me atribuir voz, destaque, liderança.

Isso eu demorei muito a aceitar porque a gente quando vem de uma origem extremamente pobre, é difícil a gente ser elogiado e falar ‘eu sou foda’. Hoje não, hoje eu falo, eu sou foda. E não é porque eu sou competente, é porque eu venci.



Nascido em 7 de junho de 1937, Aniz Abraão David já foi preso diversas vezes e é presidente de honra da Beija-Flor, escola de samba tradicional que é símbolo da cidade.



A ENTRADA NA POLÍTICA

“ Eu entrei na política em dezembro de 2018, e me filiei ao **PSDB** em junho de 2019. Antes, conversei com vários partidos, fui a Brasília, tive reunião com políticos influentes. E aí eu cheguei ao PSDB por meio de um diretor da Alerj. Eu já dei muita entrevista para falar do mercado periférico, sobre o mercado de empreendedor de periferia, que é uma grande potência. Eu sou **TEDx Speaker** (ver próxima página). Então eu sou um cara foda, minha história é muito rica. Eu demorei a aceitar isso.

Eu escolhi entrar na política exatamente pelo nojo da política, por eu ter sido favelado, por eu ter tido mais oportunidade que amigos meus que tinham a mesma capacidade intelectual, mas por eles serem pretos, eles não entraram e eu entrei. Então eu comecei a ver isso e falei, ‘não dá, eu tenho que fazer alguma coisa.’ Eu uso isso nas minhas palestras e reuniões com os amigos políticos.

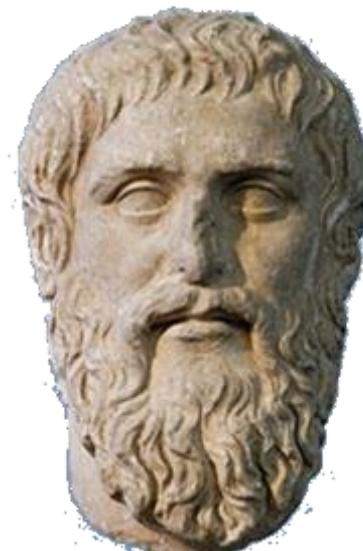
Platão, muito antes de Cristo, falava o seguinte: ‘Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política, simplesmente serão governados por aqueles que gostam.’ Então se pessoa não votar certo, não fizer uma **anamnese**, se não for buscar a vida pregressa do candidato, o que ele entende de história, se tem lisura, se é alguém que está envolvido com ilicitude, essa sociedade vai fracassar.

Eu, então, aceitei o convite do **Paulo Marinho** e do **João Dória**. Me filiei ao PSDB apesar de ter na minha veia, por conta da minha história, um carinho pela esquerda, mas não sou esquerda.

A Ilha do Governador tem 23 favelas. Eu entro em qualquer uma. Eu sou um cara querido porque eu sempre respeitei o cara que era o produto do meio, eu entendia o cara e falava ‘irmão, não entra nessa porra, tu vai se foder’, mas eu entendia que se o cara não entrasse, a família dele ia estar passando fome. É a ausência do poder público.

Eu escolhi o PSDB porque tem *fit* com muito da minha história, de estar hoje centro-liberal, mas não ter problema de conversar com a esquerda, de trazer gente da esquerda pra tratar de assuntos que sejam para o bem da sociedade, e também o pessoal de direita. Eu sou liberal. Eu voto pela competitividade das empresas. Eu sou empresário, não político.

O meu objetivo de ter entrado pra política é usar toda a minha habilidade, meu conhecimento, para transformar a política em negócio. É enxergar o cidadão como um cliente, a quem vou vender o melhor produto, que será acolhido, bem tratado, auxiliado. Eu não tenho compromisso com a política. Esse é um desafio que eu aceitei, um desafio pesado. Eu estou lidando com pessoas inescrupulosas, pessoas que tem histórico pregresso pesadíssimo. Só que ninguém me toca porque eu sou um cara respeitador, mas eu não deixo de fazer as minhas denúncias, entendeu?



Na filosofia platônica, anamnese é a rememoração gradativa através da qual o filósofo redescobre dentro de si as verdades essenciais e latentes que remontam a um tempo anterior ao de sua existência empírica.



A REALIDADE DA BAIXADA E DA POLÍTICA

“ 53% da receita gerada no estado do RJ é oriunda da Baixada Fluminense. Dos 53%, 47% é de indústria. O grande polo é Duque de Caxias, que hoje, se eu não me engano, é o sexto maior PIB municipal do país, é uma máquina. Nilópolis não tem refinaria, não tem poço de petróleo, mas recebe milhões por mês de royalties de petróleo.

Duque de Caxias é, na verdade, o 18º maior PIB municipal do Brasil.

O governo do estado precisa olhar com mais carinho pra Baixada. Sempre houve essa segregação social e segregação hereditária. O município do Rio de Janeiro e Niterói são as meninas dos olhos do estado e esquecem da Baixada Fluminense. Mas mais da metade da geração de empregos e de economia vem da Baixada Fluminense.

Por conta dessa força municipais, eu enxergo que na região há uma vaidade exacerbada dos prefeitos. Os governantes se distanciam e criam burocracia, quando o melhor seria ter uma interlocução próxima.

Um exemplo que eu admiro demais é o **Flavio Dino**. Ele fez um consórcio com vários estados em que, unidos, compram num grande processo de licitação unificado. A compra em lote é mais interessante, é a máxima da competitividade empresarial, de ganho de escala. Os municípios da Baixada Fluminense deveriam se unir para se tornarem sedutores pro estado. A gente precisaria se unir em um grande consórcio. Poderíamos entrar, por exemplo, num ranking de cidades inteligentes. O marco civil de inovação pra cidades inteligentes estabelece que projetos de até 200 mil reais não precisam de licitação pública. Então se os municípios se juntassem, poderiam fazer projetos juntos.

Com meus acessos a grandes empresas de tecnologia, se eu consigo trazer uma grande empresa dessas para cá, para montar um centro de tecnologia, o estado vai olhar de outra forma. Falta aos prefeitos e prefeitas deixarem de ser vaidosos e começarem a se tornar sedutores pro governo do estado e aí o relacional vem a reboque, de forma mais natural. Conversar com o governador, por exemplo, e definir que necessidades podem ser trabalhadas em conjunto. E aí a gente vai pra mídia junto.

Quem entra na política, como eu, não pode ter uma visão poliana de que vai mudar tudo. É obvio que entrar na política agora tem que ter uma vida pregressa ilibada, e não tenha que se misturar com assuntos corruptíveis, mas a velha política ainda é fundamental para a máquina funcionar, esse é o grande problema que a gente tem que começar a mudar.

Um dos elementos para corrigir essas distorções é liderar pelo exemplo e ter governança. Tem que auditar, dar autonomia para controladorias, principalmente para a procuradoria do município.

SOBRE CRIAR AUTONOMIA PARA OS MUNICÍPIOS

“ Eu sempre penso em dar voz e autonomia ao empreendedor local. Por exemplo, os camelôs aqui de Nilópolis. Na cidade, temos um **calçadão** que tem mais 300 barraquinhas de camelô, junto com empresas e lojas de grandes redes. Esses caras são a grande mola propulsora da economia local. O público consumidor que tem maior importância é o público de comunidade – e isso é histórico dado – que compra mesmo, que empodera o local. Só que eles são muito segregados, esquecidos. A gente tem que dar autonomia, corroborar e fomentar mais esse empreendedorismo.

E a gente tem arrecadação suficiente. A questão é como esse recurso é empregado. Quando ele é bem gerido, naturalmente, vindo a reboque, isso vai diminuir, porque a nossa economia vai estar pulsando mais, e a distribuição vai ser proporcional ao PIB local, ao desenvolvimento local. Isso ocorre quando eu der autonomia aos camelôs, aos empresários, principalmente em redução de imposto, é o calcanhar de Aquiles na Baixada. Em Nilópolis, o ISS é de 5%. Quando eu falo com qualquer grande empresa que poderia estar empregando 200 pessoas aqui na cidade, o executivo fala ‘Pô, Nilópolis? ISS de 5%, pagar imposto numa cidade daquele tamanho?’ Mas no momento em que eu chego e benefico o empresariado, com ISS a 2%, natural e implicitamente, os empresários vão pensar em Nilópolis de maneira mais positiva.

Outro exemplo é o IPTU, que em Nilópolis é absurdamente alto. Tem que equacionar, dar isonomia. Quanto mais eu reduzir, mais eu vou ter pessoas pagando. Em Nilópolis devemos ter apenas 40% dos IPTUs em dia. Quando eu coloco mais baixo, eu posso ter 100% da arrecadação sendo gerada. Quando eu baixo o ISS, eu trago empresas. Eu acho que essa é a forma de trabalhar. 52% dos munícipes saem todo dia pra trabalhar na cidade do RJ, porque não tem emprego aqui. É uma cidade dormitório. O pessoal se gradua no RJ, mas mora e dorme aqui. Gasta o dinheiro no RJ. Quando a pessoa está formada, vai trabalhar onde? No município do Rio de Janeiro. Temos que mudar isso.



54

POR DAVI CARLOS

URBANISTA

BRASIL: PAÍS FORMADO NA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL



◆ ARTIGO ACADÊMICO ◆



por **DAVI CARLOS**

✉ DAVIURBANISTA@GMAIL.COM

É sabido que o Brasil foi colonizado pela **Coroa Portuguesa**, entre os séculos XVI e início do XIX, e durante essa colonização portuguesa as terras brasileiras eram concedidas pela Coroa por meio das sesmarias a povoadores portugueses, o que não

conferia a terra um valor comercial, mas conferia privilégio a determinado grupo social que, com alguma seguridade ocupavam e usufruíram do solo (Ferreira, 2005).

Cavalcante (2005) explica que no início do século XIX as transformações do sistema capitalista mundial já empunhavam mudanças, uma economia estritamente comercial se tornava mais voltada à produção industrial, o que provocou modificações nas relações socioeconômicas em vários países, criando novas formas de obtenção de lucros.

Segundo Emilia Viotti da Costa, as transformações na economia mundial provocaram uma reavaliação da política da terra, e em diferentes países foram decretadas leis em torno desta questão. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem (Cavalcante, 2005).

No Brasil de 1850 é decretada a **Lei das Terras**, mudando o tratamento dado às áreas antes vistas como espaços a serem povoados e agora passam a ser mercadoria. A partir de então, ter terra significava possuir um bem, o que atribuiu poder econômico àqueles que comprovavam possuir cartas de sesmarias, como também os que usavam, cuidavam e controlavam sua ocupação. O não ocupado era da Coroa, que poderia usar e vender. Surge então a terra como propriedade privada no Brasil, desde que comprovada uma “ocupação pacífica e sem contestação”. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela.

A lei de 1850 estabelecia que nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do Estado, tirando a possibilidade de aglomerações de negros e indígenas, sejam em aldeias ou quilombos, com exceção das terras que já estavam ocupadas, onde seriam medidas e submetidas às condições de utilização, ou voltariam para a mão do Estado (terras devolutas), que as venderia para quem definisse, ou seja, gerasse algum uso econômico, reproduzindo segregação racial.

Segundo a urbanista Ermínia Maricato (1997), décadas anteriores a aprovação da lei supracitada, grupos liderados por indivíduos com maior poder político e econômico ocuparam indiscriminadamente terras, além de expulsarem pequenos posseiros, algo que era facilitado pela inoperância do Estado da época. Com a Lei das Terras, além das demarcações das

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.



propriedades nas mãos de poucos, estes ainda se apropriaram de muitas terras do Estado.

Uma outra medida da lei foi a previsão de subsídios do governo para vinda de colonos e imigrantes com objetivo de substituir o trabalho escravizado. Esse subsídio viria das terras vendidas pela Coroa Portuguesa. Por outro lado, dificultou o acesso à terra por pequenos produtores, obrigando essas pessoas a trabalharem nas grandes plantações.

Os autores acima citados acreditam que não foi por acaso a promulgação da Lei das Terras ser no mesmo ano – na verdade, em um intervalo de poucas semanas – da proibição definitiva do tráfico negreiro. Torna-se claro para eles que a Lei das Terras serviu para permitir o trabalho assalariado, mas sem tirar o poder e a riqueza das elites da época. A situação agravou a segregação socioespacial, de um lado proprietários fundiários com poder político e financeiro, do outro, os escravizados, “libertos” em 1888, porém sem possibilidade de comprar terras e os imigrantes endividados junto aos seus patrões.

Ferreira (2005) afirma que a vinda dos **imigrantes europeus** iniciou-se efetivamente na década de 1840, intensificando-se após 1850, com o fim do tráfico negreiro formal. Entre esse ano e o de 1859, cerca de 110 mil imigrantes chegaram ao país, parte deles concentrando-se, vale dizer, nas cidades. Em São Paulo, por exemplo, dos 130 mil habitantes em 1895, 71 mil eram estrangeiros. Esses imigrantes além de substituir a mão de obra escravizada, eram vistos como elementos que remodelariam a sociedade brasileira tanto racialmente, quanto intelectualmente.

É importante salientar que a Lei das Terras, em um contexto que incluía a proibição do tráfico e a produção de bens cada vez mais industrializada por parte da Inglaterra, influenciou diretamente nas dinâmicas de apropriação das terras nas áreas com mais características urbanas, diferenciando-se ali o que seria solo público e o solo privado (Ferreira, 2005). Permitiu-se a regulamentação do acesso à terra urbana por meio de novas definições de uso e ocupação, servindo para garantir o privilégio das classes dominantes.

Com a abolição, os negros formavam o grande contingente urbano sem nenhuma garantia social e financeira. Não tinham a terra sobre a qual derrubaram o suor de seu trabalho, e não tinham dinheiro para comprá-la diretamente do Estado (que, de qualquer forma, possuía o poder de determinar quem seria o dono das terras e certamente os negros não estavam no topo da lista). O que restou para a população negra foi a fuga para as cidades para viver em cortiços, dependentes, vendendo sua mão de obra em troca dos salários mais baixos.

A imigração italiana foi uma das mais fortes neste período e teve grande impacto na cultura cafeeira. Assim cantavam os imigrantes toscanos que vieram ao Brasil no fim do século XIX:

"Itália bela, mostra-te gentil
e os filhos teus não a
abandonarão
senão eles vão todos para o
Brasil
e não se lembram mais de
voltar
ainda aqui haveria trabalho
sem ter que emigrar para a
América
o século presente está nos
deixando
e o novecentos se aproxima
eles têm a fome pintada na cara
e para saciá-los não existe a
medicina

a cada momento escutamos
dizer:

e vou para lá onde tem a
colheita do café"



CORTICOS E FAVELAS. O LUGAR POSSÍVEL DOS DESERDADOS DA PÁTRIA NAS CIDADES

Segundo Denaldi (2003) o final do século XIX foi um período de grandes mudanças no Brasil, a exemplos - do crescimento demográfico, a expansão da economia cafeeira, início da industrialização, libertação de escravizados, chegada de imigrantes - essas ações influenciaram no crescimento dos centros urbanos brasileiro.

Com o avanço “desordenado”, do tecido urbano e a falta de lugares para as populações pobres que chegavam do campo em busca de trabalho citadino, a habitação passa a ser um problema social, promovida em maior parte pelo setor privado e pela autoconstrução dos trabalhadores livres que ocupavam os morros e várzeas.

Concomitantemente havia uma produção mercadológica de imóveis para fins de locação, que incluía desde sobrados até cortiços para as pessoas de baixas renda, sendo-lhes a principal ou a única alternativa de moradia. Porém a qualidade desses cortiços e as altas taxas de ocupação, começou a preocupar o governo, pois normalmente eram construções de baixa qualidade, com pouca manutenção e aproveitamento máximo dos terrenos.

Ainda no final do século XIX e início do XX, através de campanhas sanitárias o poder público tentou contornar o problema de proliferação de doenças, movimento que ficou conhecido como “higienista” pois eram feitas vistorias e limpezas nos cortiços, além de legislações para controlar as construções habitacionais populares.

Entre os anos de 1855 a 1898 os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo baixaram decretos, códigos e leis, na qual proibia novas construções de cortiços sem licença da câmara municipal e proibiu de vez a construção de novos cortiços no centro da cidade. Em São Paulo o código de postura do ano de 1886 definiu parâmetros para construções de cortiços, já a lei de 1898 obrigou a demolição ou reconstrução dos cortiços considerados infectos e insalubres.

Essas leis foram pensadas para além do controle da qualidade habitacional, mas como uma forma de salvaguardar os valores imobiliários, tirando os cortiços – onde residiam os pobres e negros - das áreas centrais, levando-os para a periferia e deixando as áreas mais valorizadas, “limpas”, ou seja, buscava-se acabar com os problemas habitacionais por meio legais de controle e erradicação de cortiços (Denaldi, 2003).

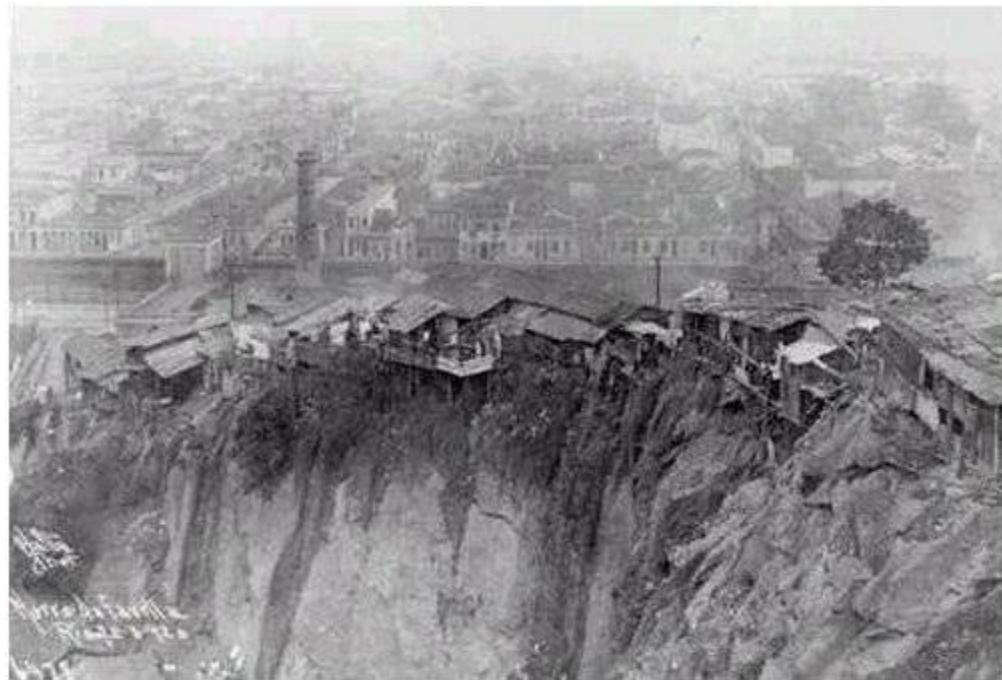


Figura 1. Morro da Providência antigo Morro da Favela, Rio de Janeiro, no início da sua ocupação no século XIX.

Fonte: Fotos antigas do Rio de Janeiro, 2015.

UM NOVO SÉCULO E VELHAS MAZELAS PARA OS SEM TETO

No início do século XX grandes projetos de reformas urbanas, justificados pelas condições sanitárias precárias, demoliram vários cortiços, principalmente aqueles situados nas áreas centrais da cidade, sendo considerada por Denaldi (2003) uma forma de expulsão de população dessas áreas, como uns dos casos mais emblemáticos a reforma realizada pelo engenheiro Pereira Passos, no Rio de Janeiro, entre os anos 1902 e 1906. Na época milhares de casas foram demolidas, levando os moradores desses lugares começarem a ocupar os morros, iniciando assim as favelas.

Autores como Villaça (1986) e Denaldi (2003) explicam que a partir de 1920 se iniciou o processo de transição das casas de aluguel para as casas próprias, na qual as medidas legais tomadas pelos governos – como de São Paulo e Rio de Janeiro – contra os cortiços, o controle estatal referente aos valores dos aluguéis, os interesses do capital imobiliário e produtivo, propiciaram essa mudança.

De acordo com Villaça (1986) com o processo de fortalecimento do capitalismo, a casa própria começou a gerar mais vantagens aos investidores. Pois com ela a amortização do valor investido na construção do imóvel é mais rápida, se comparada ao aluguel. Por meio de financiamentos os proprietários podem receber logo após o final da construção todo investimento e lucro gerado.

Contudo a transição para casa própria não ocorreu de forma instantânea, foi acontecendo de forma gradual durante as décadas de 1920 a 1950, e a partir de incentivos governamentais, por meio da provisão habitacional.

Neste panorama as favelas surgem como alternativa para a população mais pobre no séc. XX, [...] registra que, em São Paulo, as favelas teriam surgido por volta da década de 1940; em Belo Horizonte, por volta de 1895, na fase de construção da cidade, e em Salvador, também na década de 1940, com grandes “invasões” coletivas de terra (DENALDI, 2003, p. 11).



Figura 2. Abertura da Avenida Central, com o Pão de Açúcar ao fundo.
Fonte: SILVA, 2018, p.46.



Figura 3. Demolições para as obras de Pereira Passos.
Fonte: CATRACA LIVRE, 2013.

Aos poucos foi se ampliando pelas capitais brasileiras, preocupando o governo nacional e locais, tanto que em 1934 e 1937 as prefeituras do Recife e do Rio de Janeiro, respectivamente, decretaram proibições e eliminações de favelas.

Segundo Bedê (2005) durante o governo de Vargas (1930-1945) a questão sanitária ficou secundarizada, pois urgia prover habitações para a classe operária. Pensando nisso o Estado cria os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que, segundo Paolinellie e Costa (2015) foram criados para que cada categoria profissional controlasse sua previdência e prestasse serviços básicos aos afiliados, que incluíram, a partir de 1937, a provisão habitacional.

Os institutos foram as primeiras organizações que se dedicaram à construção de casas populares em grande escala, marcando o início da atuação governamental na produção e financiamento habitacional. Em dois de seus programas (os que se tem dados a respeito), os IAPs produziram 123.995 unidades habitacionais, entre 1937 e 1964. (PAOLINELLIE e COSTA, 2015, pág. 14).

Apesar da expressividade de unidades habitacionais construídas, seu atendimento era restrito à população ligada aos operários da indústria, deixando sem atendimento grande parcela da população, além da maioria das unidades serem destinadas ao aluguel.

A partir de 1942, o governo nacional estabelece a Lei do Inquilinato, provocando o ‘congelamento’ dos valores dos aluguéis, desestimulando a construção de moradias para aluguel e estimulando a venda e, conseqüentemente, difundindo o ideário da propriedade privada. Com a redução do estoque de moradias para aluguel, dificultou-se ainda mais o acesso da população mais pobre ao mercado formal (Denaldi, 2003).



Figura 4. Vila do IAPI, Porto Alegre.
Fonte: BISSIGO, 2012.

Denaldi (2003) relata que no Rio de Janeiro por volta da década de 1920, mais de 100.000 pessoas viviam em favelas, já em 1950 representava 7,1% (169.305) da população fluminense. Dez anos depois chegou a 10,2% (335.063), de acordo com a mesma autora o número de favela entre os anos 1950 e 1960 aumentou em 149%.

Em Salvador era estimado que entre 1943 e 1944, 75% da população se alojavam em mocambos, favelas e cortiços (SEHAB, 2007, p. 77). Já em São Paulo por volta de 1957, contabilizava 50.000 ‘favelados’ em 8.488 barracos (Finep/GAP, 1985 apud Taschner, 2001).

Na primeira metade do século XX e antes da institucionalização do BNH, os governos passaram do ‘desconhecimento’ da favela às políticas pautadas no controle e repressão ou clientelismo. As favelas foram vistas pelos governos como ‘doença social’ (espaço do marginal, preguiçoso), ambiente de provável disseminação comunista, problema social e migratório e como potencial eleitoral. Os programas oficiais de governo não atenderam os moradores de favela e a ‘erradicação’ delas foi a solução apontada (DENALDI, 2003, p. 14).

Durante o regime ditatorial é criado o **Banco Nacional de Habitação - BNH** que foi um importante programa habitacional, pensado para atender as classes mais necessitadas, mas na realidade favoreceu a classe média brasileira, devido as altas prestações do financiamento e a falta de subsídios do governo federal da época para o setor social. Ao final do BNH ficou constatado que o programa não foi eficiente para tratar a questão habitacional, muito menos a segregação socioespacial e ainda gerou endividamento de famílias junto a bancos, empreiteiras e agentes imobiliários.

Paralelamente as favelas e invasões continuaram a crescer e se intensificar. Porém ainda durante o BNH foram criados outros programas – **PROFILUR** e o **PROMORAR** – que mudava em parte a estratégia do Estado, que antes se pensava em remover favelas e com esses programas procurava urbanizar esses espaços, algo que já vinha se debatendo na academia, principalmente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

No período recente com a promulgação do **Estatuto da Cidade** em 2001, após 13 anos de tramitação nas casas legislativas, e a criação do Ministério das Cidades em 2003, na era petista, primeiro governo progressista e mais à esquerda, houve avanços na política urbana brasileira e conseqüentemente no espaço urbano, mesmo que tímido.

O Estatuto é uma importante lei para o ordenamento urbano e rural, através dele são previstos instrumentos e ações para que se possa ter cidades equilibradas ambientalmente, socialmente e urbanisticamente, ele também foca na questão habitacional quando indica criação de Zonas Especiais de Interesse Social e o IPTU progressivo no tempo, medidas que se aplicadas ajudam na distribuição socioespacial nas cidades.

Já o Ministério das Cidades ajudou na elaboração de políticas e planos nacionais, estaduais e municipais voltados para o desenvolvimento urbano, mobilidade, saneamento e habitacional. Esse órgão no seu início tinha participação direta de técnicos ligados ao Fórum da Reforma Urbana, dando um caráter social e progressivo ao ministério já que o Fórum foi um importante evento para criação de diretrizes habitacionais e urbanos, mesmo que tenha ocorrido nas décadas de 1960 só começou a ser implantado a partir de 2001.

Através do Ministério da Cidade é desenvolvida a **Política Nacional de Habitação** e o **Plano Nacional de Habitação**, mecanismos balizadores para a questão habitacional no país. Ambos foram construídos por meio participativos, envolvendo técnicos, gestores, sociedade civil organizada e a população como um todo. Apesar deles elencarem objetivos e estratégias para a diminuição do

O BNH foi criado a partir da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e extinto através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986. Suas atividades foram incorporadas pela Caixa Econômica Federal.



Os princípios básicos do Estatuto são o planejamento participativo e a função social da propriedade, que é um conceito jurídico aberto, o qual positiva o interesse supra individual na propriedade privada, sem que esta perca seu caráter individual de liberdade, mas relativizando-a em busca da igualdade social, como princípio estruturante de nossa ordem jurídica.



déficit habitacional e da segregação socioespacial, pouco foi implementado até o momento, mesmo com a criação do Programa **Minha Casa Minha Vida**, que foi apresentado na mesma época do Plano e da Política Habitacional de 2009.

Inclusive o Minha Casa Minha Vida é o programa habitacional mais recente e talvez de maior expressão da história brasileira, criado em 2009 com a estimativa de construir mais de 1 milhão de moradias. Lançado em meio a uma crise mundial, foi também um meio para atender ao mercado da construção civil, tanto que o programa foi desenvolvido no grupo empresarial da Casa Civil, com o discurso de gerar emprego e renda.

O MCMV passou por 3 governos, tendo 3 fases e mais de 4 milhões de unidades contratadas, diferenciando do BNH na questão do atendimento a família de baixa renda e não se concentrando nas regiões sul e sudeste do país, mas se assemelhando e muito na tipologia construtiva, localização periférica dos empreendimentos e servindo de meio para obtenção de grandes lucros das empreiteiras. Desde do ano de 2019 o programa segue em marcha lenta por falta de verba e de interesse do governo atual, o mesmo que também em 2019 extinguiu o Ministério das Cidades, passando as atribuições para o Ministério de Desenvolvimento Regional, deixando assim um limbo político-institucional no planejamento urbano nacional.

IDEIAS FINAIS

A partir do que foi exposto brevemente neste artigo é possível tecer algumas considerações finais sobre a questão habitacional e sua segregação socioespacial no Brasil. Primeiro que é um país que desde a sua colonização segrega socialmente, racialmente e espacialmente a população negra e pobre, pessoas essas que mais trabalharam e trabalham para o crescimento e desenvolvimento do país.

Através da Lei das Terras, os escravizados deixam de ser riqueza para os latifundiários, e a terra se torna uma mercadoria rentável, pois para adquirir era necessário comprovar a posse ou então adquiri-la na mão da Coroa portuguesa. Não é por acaso que esta lei foi seguida pelo **fim do tráfico** e pela abolição, o que permitiu a mão de obra assalariada e a manutenção do poder econômico e político da elite da época. O regime de Sesmarias, promulgação da Lei das Terras, o longo tempo da escravidão e a abolição dela sem nenhuma garantia social e financeira escancarou o racismo do Estado brasileiro e criou problemas sociais, econômicos e urbanos que são vistos até nos dias atuais, apesar dos avanços no período pós ditadura militar.

O espaço e habitação enquanto demanda, no Brasil é algo problemático, criou-se a ideia por meio de incentivo à propriedade privada, mesmo com a constatação de que a habitação é algo essencial para a sobrevivência, principalmente a própria, contudo, a maior parte da população brasileira não tem renda para comprar ou adquirir casas ou terrenos no mercado “formal ou legalizado”, mesmo com financiamentos e subsídios dos governos federal,

Lançado em março de 2009, o Minha Casa, Minha Vida, focado em famílias com renda total de até 1,8 mil reais, segundo a Caixa Econômica Federal em comunicado de 2018, foi instrumento de financiamento para 14,7 milhões de pessoas comprarem seu imóvel próprio, cerca de 7% da população brasileira.



O fim do tráfico internacional de escravizados foi feito possível por meio da Lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de setembro de 1850, durante o segundo reinado do império brasileiro.



estadual e municipal, restando as pessoas a ocuparem os morros e fazer uso da autoconstrução.

A habitação e conseqüentemente o espaço que está ou vai ser assentada, são mercadorias, assim como qualquer outro produto serve para saciar as necessidades humanas e com isso a habitação atende à necessidade básica da subsistência do habitante da cidade. Porém a partir do momento que poucas pessoas concentram terras, algo que vem desde da nossa colonização, cria-se uma mercantilização da escassez, algo que hoje é chamado de especulação imobiliária. Essa mercantilização pode ser atenuada quando indústrias propagandísticas atrelam valor de uso e de imagem para determinadas áreas e desvalorizam imagetivamente outras, a exemplo que morar nas orlas das cidades é melhor do que morar no centro antigo, por ser locais velhos e abandonados.

Além de que a habitação não é uma mercadoria qualquer, por ter um alto valor agregado que vai desde a sua produção até o preço da terra que está assentada, não é à toa que existem grande número de autoconstrução em áreas não valorizadas, como morros, locais periféricos, pois a habitação é algo que atende as necessidades básicas dos cidadãos, mas ela é cara e um tanto quanto inacessível.

É sempre importante falar que **habitação é um direito universal**, fruto de muitas lutas urbanas organizados pela população ou por técnicos, acadêmicos de cunho progressista. Ela está na seara do direito social básico e é prevista também na constituição federal de 1988, ou seja, todo e qualquer cidadão brasileiro tem direito a habitar e viver em espaços confortáveis, algo que nem sempre é cumprido, seja por falta de acesso a essas habitações, a ou por meio de despejos forçados, justificados por meio de discursos higienistas, ambientalista, protecionista, ou causado por megaeventos esportivos.

Dentro das conseqüências criadas pela colonização está a **segregação socioespacial**, onde os escravizados libertos e imigrantes com pouca ou nenhuma renda, tiveram que procurar lugares e espaços para morar, levando a essas pessoas ocuparem morros, áreas periféricas, construir cortiços, mocambos e favelas, principalmente no final do século XIX e início do XX. Nesse mesmo período é marcado pelo número expressivo de imóveis locados, porém eram habitações de péssimas condições sanitárias e físicas, o que levou a ação estatal no sentido de controlar e até mesmo erradicar essas construções, por meio de decretos e obras higienistas, como a de Pereira Passos. Contudo por trás da questão sanitária estava os interesses imobiliários e a segregação socioespacial, onde pessoas com poderio econômico se concentrava nos centros urbanos e a população pobre na periferia.

Enfim com todo esse panorama percebe-se que a questão habitacional e sua segregação espacial ainda é um problema social, com um déficit habitacional de mais 7 milhões, no Brasil, na qual procuram resolver, principalmente através da provisão habitacional em larga escala, deixando a desejar nas outras alternativas a exemplo da locação social, urbanização de assentamentos, melhorias habitacionais e regularização fundiária. Mesmo que

A moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas.

Afirma o artigo XXV:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.



todas essas diretrizes estejam previstas na Política Nacional de Habitação e no Plano Nacional de Habitação. Para além disso é preciso reconhecer que até hoje o país tem consequência da sua colonização racista e escravocrata, onde negros são maioria em favelas e assentamentos subnormais, enquanto brancos e elite econômica concentram renda, espaços centrais e urbanizados.

REFERÊNCIAS

BEDÊ, Monica Maria Cadaval. Trajetória da Formulação e Implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993-1996. 2005, 302 f. Dissertação (Mestrado) – Curso Geografia, Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DENALDI, Rosana. Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses. 2003. 242 f. Tese (Doutorado) - Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Bauru: Unesp, 2005. 20 p.

MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar. Do milagre brasileiro à crise econômica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

PAOLINELLIE, Marina; COSTA, Rafaela. Locação Social: Por que não? 2015. 170 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/uploads/2013/09/monografia_marina-e-rafaela_2015.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PASTERNAK, Suzana e BOGUS, Lucia Maria Machado. Habitação de aluguel no Brasil e em São Paulo. Cad. CRH [online]. 2014, vol.27, n.71, pág.235-254. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a02v27n71.pdf> > Acesso em: 30 jun. 2020.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 5, n. 4, p.09-27, jan. 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9294>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.



DAVI CARLOS

Urbanista formado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e participante do BR Cidades – núcleo Salvador. Já prestou assessoria técnica a movimentos sociais por moradias e estagiou na Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF, ajudando no planejamento urbano de Salvador.

64

DANIEL CARIBÉ

ADMINISTRADOR PÚBLICO E
PESQUISADOR DO TRANSPORTE COLETIVO

“O ESPAÇO PÚBLICO É O LUGAR ONDE OS DIFERENTES SE ENCONTRAM, SE DISPUTAM E CRIAM RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE E COLABORAÇÃO.”



◆ ENTREVISTA ◆

Um dos maiores desafios das prefeituras é o transporte público. Um dos elementos mais importantes para a promoção da integração entre camadas socio e espacialmente segregadas, o tema é tratado sem a seriedade necessária para a relevância que impõe. Para aprofundar a questão, eu conversei com Daniel Caribé, administrador público, mestre em Administração e doutor em Arquitetura e Urbanismo, em cuja tese, defendida no fim de 2019, estudou a tarifa zero como proposta de política pública. Militante do direito à cidade e pesquisador das formas de gestão e financiamento do transporte coletivo, Daniel compartilha características grandiosas: é baiano e torcedor do Vitória.

MILITÂNCIA PELO TRANSPORTE PÚBLICO

“ No fim de 2019, defendi minha tese de doutorado no fim de 2019, em que estudei a tarifa zero como proposta de política pública, mas também como estratégia de movimentos sociais em defesa do direito à cidade em seu sentido mais radical. Eu comparei o discurso que está sendo construído no Brasil em torno da tarifa zero e das formas de financiamento do transporte público no geral, com experiências de gratuidade no transporte em comum na França.

O tema da cidade sempre foi do meu interesse. Militei próximo dos movimentos sociais de direito à moradia, sempre fui próximo do Movimento Passe Livre. Em 2013 eu fazia parte do Coletivo Tarifa Zero, filiado à Federação de Movimentos Coletivos do Passe Livre. Saí em 2015 por questões internas, eu discordava dos rumos do movimento. O que importa é que foram as mobilizações de 2013 que me motivaram a dar esse giro na minha carreira, a fazer doutorado em Arquitetura e Urbanismo e a entender o que esse movimento estava propondo, e ajudá-lo a conversar com a sociedade e a pensar numa forma de aprofundar sua própria pauta, que é a tarifa zero. E se hoje o **transporte público é direito social garantido pela Constituição**, junto com saúde e educação e outros, é resultado das mobilizações de 2013.

Foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 74 de 2013, da Deputada Federal Luíza Erundina (PSOL/SP), que alterou o artigo 6º da Constituição Federal, texto promulgado na Emenda Constitucional nº 90 de 15 de setembro de 2015, que passou a ler:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

MILTON SANTOS E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

“ Milton Santos tem uma teoria chamada **dois circuitos da economia urbana**. É uma teoria que tenta compreender a produção dos espaços urbanos. Ele queria chamar à atenção de que nos países do terceiro a produção dos espaços urbanos aconteciam de uma forma particular em relação aos países desenvolvidos ou centrais. Ele pontuava o fato de que o espaço é produzido socialmente, não é algo dado. E as cidades são assim. As desigualdades, problemas e questões sociais estão refletidas no espaço.



O baiano Milton Santos é um dos maiores intelectuais da história brasileira. Sua teoria dos dois circuitos da economia urbana influenciou a maneira de perceber o espaço público no terceiro mundo.

Então um país que tem uma história escravocrata como a nossa, machista, com modelo patriarcal predominante, isso vai se refletir no espaço produzido socialmente, nas cidades como estão configuradas.

O TRANSPORTE COMO INTEGRAÇÃO

“ O transporte coletivo é um dos elementos que vai intensificar ou ajudar a resolver esses problemas. No Brasil, em especial, temos cidades muito espalhadas, com pouca densidade. Isso tem um impacto significativo em como o transporte é planejado e pensado e como as desigualdades são produzidas ou colocadas nesse espaço urbano.

Segundo Milton Santos, existem no Brasil basicamente dois circuitos – que são plurais, onde cabem diversas formas de viver. Existe o circuito das classes populares, e existe o circuito das classes médias e altas. Esses dois circuitos têm dinâmicas muito distintas. Mas há implicação entre esses dois circuitos, porque o circuito das classes altas precisa da mão-de-obra das classes populares, e essas classes populares vão aos circuitos superiores através do transporte público, quando há.

O transporte público no Brasil é pensado exclusivamente para que os trabalhadores só acessem os circuitos superiores como força de trabalho. Eles produzem esses circuitos enquanto trabalhadores, mas eles só usufruem enquanto trabalhadores. Toda sua **dinâmica de vida**, fora o mundo do trabalho, acontece no circuito inferior.

O transporte público é elemento que permite que o espaço urbano seja um espaço do apartheid, segregado, e quando digo apartheid estou, sim, reafirmando o caráter racial dessa segregação socioespacial, especialmente nas cidades com uma grande população negra, como Salvador. Reafirma-se essa segregação, mas se permite um convívio mínimo para que a reprodução do capital aconteça. E invisibiliza um lado, causando uma alienação desses trabalhadores que produzem na cidade, tanto nos espaços inferiores e superiores.

Não adianta ter um parque, um cinema, um teatro, nos bairros de classe média-alta se não existe transporte público para essas pessoas mais pobres acessarem esses equipamentos, ou mesmo serviços públicos.

Esses meios de locomoção são inacessíveis por diversos motivos, como por conta de segurança pública, por conta de precariedade do sistema, por simplesmente não existir, e por conta do valor praticado da tarifa.

A escala enorme das cidades brasileiras exige que o transporte público seja pensado de uma forma ainda mais central. A gente compara muito as cidades brasileiras com as cidades europeias. Isso acontece porque a gente tem o costume de importar ideias e debates e ações que são interessantes, mas que se esbarram na nossa realidade totalmente diferente.

Na entrevista com Goli Guerreiro, para a Papo de Galo_ revista #3, conversamos sobre como a periferia moldou seu ambiente cultural ao seu jeito. Vale muito a pena.



Isso acaba produzindo uma sociedade que não tem espaço público. O espaço público não é só um equipamento público, uma praça, uma praia. O espaço público é o lugar onde os diferentes se encontram, se disputam e criam relações de solidariedade e colaboração. No Brasil isso não tem. Pegou-se os diferentes, os mais vulneráveis, dessa cidade formal e os expulsaram.

Permitiu-se que eles autoconstruíssem suas cidades na forma de **favelas**. Favela é uma autoconstrução das cidades. Um processo contraditório de autogestão e de autoprodução, mas que no fundo era uma forma de segregação. E partir do momento em que se produz uma cidade sem espaços públicos, além da autoconstrução, cria-se alternativas de ocupação do espaço, como os rolezinhos, uma reapropriação do espaço público, no caso, os shoppings.

Para compreender melhor o processo de autoconstrução do novo circuito da economia, ler artigo acadêmico “Brasil: país formado na segregação socioespacial”, de Davi Carlos, aqui nesta edição da revista.



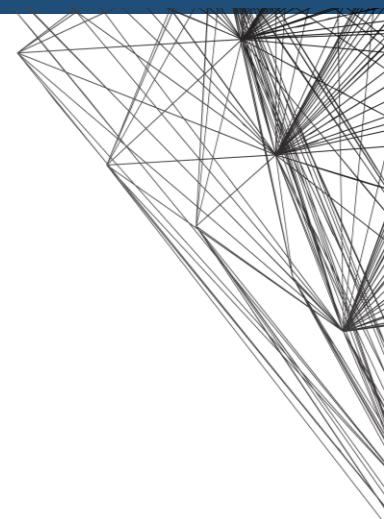
INTEGRAÇÃO FORCADA

“ Existe um esforço de produzir, de fato, um espaço público no Brasil, mas isso acontece na forma de confronto. Quando se cria uma sociedade apartada espacialmente, sem o encontro entre os diferentes, você acaba propiciando que as desigualdades sociais de todos os tipos, se aprofundem. Porque vai ter classes que, mesmo acessando serviços públicos, vão ter serviços públicos de qualidades diferentes. Essa ausência do encontro é impossível de se concretizar em cidades mais densas. Mas no Brasil se permite construir várias cidades dentro de uma só. Uma cidade dos pobres e uma cidade dos ricos.

Esse é o resultado de uma cidade apartada. Espaços autoconstruídos, sem infraestrutura urbana, sem equipamentos públicos e relegados a populações descendentes de processos de espoliação urbana muito profundos, derivados muitas vezes de processos escravocratas. Dai o seu caráter também ser racial.

Mas não só racial, porque a questão racial no Brasil e a formação da classe trabalhadora se imbricam profundamente. Nós temos trabalhadores qualificados e não qualificados, e os trabalhadores qualificados costumam ter a pele mais clara. Assim, se produz uma sociedade que não pensa em como unificar esses espaços de novo, como superar essa fragmentação socioespacial e construir um espaço público verdadeiro, que assuma que temos uma sociedade de classes, com diferenças profundas, mas que construa também espaços onde essas diferenças profundas possam, de alguma forma, conviver para criar uma linguagem comum.

No Brasil, tem-se a linguagem das classes populares, e a linguagem das classes superiores. Não à toa a música popular brasileira é praticamente toda popular. Porque ela teve esse apartamento socioespacial que produziu um país à parte, para o bom e para o ruim. Culturalmente, somos ricos por causa disso, mas socialmente temos um país segregado, de desigualdades. E muito dos preconceitos e do racismo vem disso.



O CUSTO DO TRANSPORTE NAS FAMÍLIAS

“ Segundo dados da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), mais recente, divulgada em 2019, o transporte é o segundo maior peso no consumo das famílias, atrás apenas de habitação. Ou seja, as famílias hoje gastam mais com transporte do que com alimentação. Isso é o dado que reflete o absurdo do país. E tem-se um número crescente de pessoas que estão imóveis, isoladas. Temos um grupo, portanto, que sequer gasta com transporte coletivo, que são as pessoas mais pobres.



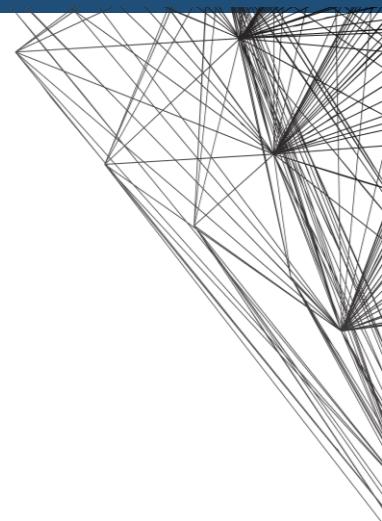
Uma vez que se tem um valor no geral que se aproxima de 20% de gasto com transporte e tem-se uma população mais pobre que sequer gasta porque não tem condições, vê-se o absurdo da forma como é pensado o transporte público brasileiro. O peso do transporte público nos orçamentos familiares no Brasil é uma aberração.

GARGALO DA GESTÃO PÚBLICA

“ Transporte não é só uma questão social e política mas é também uma questão de gestão pública. A gestão pública reflete essa forma de pensar a sociedade brasileira desigual e elitista. Deu-se aos municípios no Brasil uma autonomia que aparentemente é aparentemente inédita no mundo, mas tem muito município que não tem capacidade de implementar políticas públicas do tipo da mobilidade urbana que exige uma parte de recursos e uma capacidade gerencial muito além de suas capacidades. E aí você vai resolvendo esses gargalos de gestão e financiamento através dos pactos federativos. A saúde e a educação, por exemplo, têm fundos, ou seja, têm arranjos federativos com participação dos governos federal, estadual e municipal, que acaba executando essa política. Mas isso não ocorre no transporte público.

Quer dizer, transporte é um direito social e obrigação dos municípios, mas não há como os municípios brasileiros podem ter um transporte público de qualidade do país.

Outro fator complicador são as regiões metropolitanas, ou seja, municípios não cabem em si e estão fortemente interligados, conurbados com outros. Mas todos os municípios são entes federativos autônomos. Não tem forma de obrigar que os municípios se pensem para além de seus limites. Por exemplo, em Salvador a gente tem entidade Metropolitana que é um instrumento controverso do qual a prefeitura de Salvador não participa. Uma entidade metropolitana pode gerenciar os serviços públicos, não só o Transporte, como



também saneamento básico, coleta de lixo abastecimento de água, enfim, é entidade que pode pensar políticas coletivamente. Com isso, ganha-se escala e capacidade gerencial. Mas eventuais diferenças políticas impedem essa união. Principalmente por isso o debate sobre a constituição das metrópoles brasileiras enquanto sujeito provido de autonomia, é importante.

O IMPROVISO FORMALIZADO

“ Tem um exemplo que mostra como é errado não pensar integralmente a região metropolitana. Em Salvador, há integração do transporte metropolitano, mas somente com o metrô. O transporte urbano coletivo das cidades não está integrado. Mas o metrô é metropolitano. Aí o morador de Camaçari, para não pagar uma passagem a mais, vai de ônibus, por exemplo, até a Estação Mussurunga, atravessa a passarela até o metrô, bate o seu cartão, e volta para estação de ônibus para poder bater o cartão no transporte de Salvador.

Outro exemplo é o do **amarelinho**, um ônibus de pequeno porte que atende os bairros populares, mais vulneráveis e periféricos, de Salvador. Por serem menores, conseguem entrar em ruas mais estreitas, e funcionam com escala menor, precisando de menos público para se tornarem viáveis. O amarelinho é, portanto, improvisado fruto da necessidade e de buracos no transporte formal.

Até 2020, os amarelinhos não estavam integrados ao sistema de transporte coletivo de Salvador. Antes, então, a população periférica ou tinha que andar até uma rua principal para acessar um ônibus do sistema integrado, se quisesse usar o amarelinho, teria que pagar outra passagem depois. Eles estavam falindo, porque as pessoas mais vulneráveis, que são seus clientes, não poderiam pagar duas passagens, quando, de fato, não poderiam pagar nem por um.



Os amarelinhos foram formalmente integrados ao sistema de transporte coletivo municipal de Salvador em 20 de março de 2020.

O FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE

“ A forma como é financiado o transporte público brasileiro é uma aberração. Não existe nenhum outro lugar do mundo onde possamos encontrar serviços públicos de qualidade que não sejam subsidiados. Na pior das hipóteses, encontramos uma divisão de 1/3 para cada grupo social, digamos assim. 1/3 financiado pelas tarifas, 1/3 dos orçamentos públicos, 1/3 vem da destinação específica da arrecadação de impostos daqueles que se beneficiam diretamente, mesmo não o utilizando. Os custos

do transporte público são repartidos por toda a sociedade porque se entende que traz benefícios para toda a sociedade, independentemente de eu ser um usuário ou não. Por exemplo, um empresário se beneficia do transporte público porque os trabalhadores chegam ao seu estabelecimento e voltam pra suas casas através do transporte público. O mesmo vale para consumidores. O usuário de automóvel não enfrenta mais engarrafamentos porque parte da população usa os meios coletivos.

Mas enquanto o transporte público beneficia a todos, ele só é financiado pelos mais pobres. Essa divisão se estabelece mesmo entre aqueles que são usuários. Porque os trabalhadores informais pagam a tarifa cheia, e eles são mais pobres que os trabalhadores formais, que pagam parte da tarifa por conta do vale transporte, que é a única política brasileira que pensa a repartição do custo do transporte entre trabalhadores e patrões. Mas é exclusivamente para o trabalhador ir e voltar do trabalho.

O sistema de transporte público, portanto, é extremamente injusto na sua forma de financiamento. Salvo raras exceções que oferecem subsídios, como São Paulo e Brasília, a única forma de arrecadação é a tarifa. Então o empresário tem que pensar em estratégias para aumentar a arrecadação. Como linhas esdrúxulas, que fazem ziguezagues recolhendo usuários dentro das comunidades. O objetivo é superlotar os ônibus ao máximo, priorizando horário de pico, para aumentar a receita. Há incentivos, portanto, para a formação de linhas ineficientes, abandonos de territórios por falta de demanda, e são incentivados a aumentar a tarifa e a superlotar os ônibus.

O caso do transporte público deveria ser similar ao do sistema único de saúde. A eventual arrecadação tarifária não fica como o operador do serviço, ela vai para um fundo de compensação gerido de forma pública e órgãos públicos pagam para as concessionárias pela linha, como uma espécie de frete garantido, independentemente da quantidade de usuários em cada viagem.

Historicamente, o transporte público é pensado para servir aos empregadores. Temos, portanto, que onerar essas empresas e romper com a lógica de financiar o sistema publico através unicamente da passagem. A arrecadação tarifária, se houver, deve ser para diminuir o custo do sistema como um todo.

Outra questão importante é que o transporte público brasileiro acaba sendo parte de diversas outras políticas públicas mas esses outros fundos não participam do seu financiamento. Por exemplo, o estudante paga meia passagem, mas o MEC não participa do financiamento. Aposentados não pagam pelo TP, mas a seguridade social não participa do financiamento. Policiais acessavam o TP de forma gratuita, mas as secretarias estaduais de segurança não participavam do financiamento. Usa-se o transporte público como política de justiça social, como essas gratuidades, e isso é correto que seja feito, mas joga-se o custo para cima dos mais pobres, o que não pode ocorrer. **A isso chamamos de subsidio cruzado cruel.**



TRANSPORTE COMO POLÍTICA PÚBLICA

“ As prefeituras não têm conhecimento pra gerir o transporte público. Elas abriram mão disso. A partir do momento que encerraram suas empresas públicas de transporte, deixaram de ter qualquer controle sobre o negócio, que passou a ser visto como atividade meramente comercial.

A política de mobilidade urbana só surge como lei em 2012. O transporte só vira direito social em 2015 e a exigência de planos de mobilidade urbana sequer é respeitado. Prefeituras realizam esses planos de mobilidade urbana por conta da vinculação do plano à capacitação de recursos. Mas estes sequer são pensados a serem implementados de fato, muito menos de uma forma democrática e participativa.

Foram criados novos instrumentos pra gerenciar a mobilidade urbana, como os conselhos de transporte das cidades, os planos diretores, os planos de mobilidade, as leis de licitações. Entretanto, mudou-se pouco a realidade do transporte público brasileiro. Mas esta realidade vai ter que mudar, não por conta desses instrumentos, mas por conta de uma crise de mobilidade urbana que já vinha acontecendo nas últimas décadas.



CRISE E COLAPSO?

“ O transporte público vem perdendo usuários a cada ano, por diversos motivos. Um deles é a pobreza. as pessoas estão ficando cada dia mais imóveis, e isso é um grave problema social. Em Salvador, quase 30% da população não usa ônibus porque não tem dinheiro. Além disso, tem-se o incentivo ao automóvel particular, através da desoneração fiscal, que fez com que a população se endividasse para compra de automóvel particular; temos também novas tecnologias, como transporte por aplicativo, que capturaram parte significativa do transporte, exatamente aqueles que podem pagar por ele.

A gente tem essa crises desenhada. O setor pressionando o governo por subsídios, e aí, durante a pandemia, os usuários caem 70%, mas é obrigado a manter uma parcela dos ônibus circulando pela cidade. O resultado disso é falência. Em Salvador, um dos consórcios já faliu.

Com isso, cada aumento tarifário é um passo em direção ao abismo. Porque a gente esta dentro de um arranjo que é inviável, e que em vez de resolver, estamos aprofundando. A cada aumento, temos menos usuários, uma questão

de curva de demanda: cada x% aumento tarifário você afasta x% mais um pouquinho de usuários. Com isso, você gera menos receita para o sistema quando se aumenta a tarifa. A gente corre o risco de chegar a 2021 sem um transporte público nas grandes cidades brasileiras. As empresas não vão aguentar. E vai entrar em colapso porque, entre os entes federativos, o único que pode subsidiar o transporte é a união. E a união está pouco se preocupando com a crise no país, está na lógica de quanto mais caos, melhor. E se vale do argumento da austeridade fiscal para se eximir de responsabilidades.

As prefeituras não tem capacidade para resolver esse problema, nem interesse nem conhecimento. Também não temos entidades metropolitanas com poderes suficientes para gerenciar o tema, porque não existem como entes federativos. Já os governos estaduais têm problemas fiscais gravíssimos, vários em situação calamitosa.

E na sociedade, não estamos elaborando uma alternativa que convença a população a lutar por uma nova forma de gestão e financiamento do transporte público. Tem que se pensar numa alternativa para além de uma solução estritamente estatal ou empresarial, mas uma que seja comum, ou seja, que empresas e Estado estejam submetidos a um controle popular coletivo. Falta inteligência e interesse para se elaborar uma solução criativa e viável, que pense o transporte como direito social e como instrumento de integração social, visando construir espaços de fato público, onde as pessoas se encontrem. O transporte é fundamental nesse sentido, pois permite o encontro, permite que a gente se veja como sociedade desigual e não-racista. Não existe movimento nesse sentido de repensar o transporte, mas isso vai ter que acontecer na marra, pelo risco de falência do sistema no país.

TARIFA ZERO: É POSSÍVEL?

“ A tarifa zero existe em vários lugares, inclusive no Brasil, em cidades de médio porte. Mas na Europa, há cidades muito maiores com tarifa zero. É política que vem servindo para vários propósitos, inclusive como recuperação econômica. Algumas cidades no Brasil usam a tarifa zero como instrumento de concorrência contra municípios vizinhos, pois quando se implementa tarifa zero, reduz-se o custo das empresas para operar naquele território. Funciona, portanto, como desoneração fiscal a empresas.

Outras cidades europeias, por exemplo, têm um fenômeno interessante que é a desertificação das cidades. As populações saem dos centros históricos e vão morar nas periferias, que não são exclusivamente para os pobres, são também para as classes altas, e os centros das cidades vão sendo desertificados. Estão implementando a tarifa zero para atrair a população de novo pro centro das cidade e com isso repovoar e revitalizar esses centros abandonados.

Embora varie de local para local, diversos estudos apontam para isso, uma vez que o preço praticado da tarifa esteja acima do valor ótimo do sistema.



Atualmente, 14 municípios têm transporte público gratuito. A maior delas é Maricá/RJ.



Porque estou dando esses exemplos? Pra mostrar que tarifa zero não é uma política revolucionaria, ela **não é política disruptiva**, é plenamente inserida ao capitalismo. É preciso pensar a tarifa zero para além do acesso ao transporte, mas como uma política de reapropriação das cidades. Envolve também a questão de ocupação e uso do solo.

Mas a tarifa zero também é usada como política de distribuição de renda. Uma renda extra fornecida às camadas mais vulneráveis da sociedade para poderem participar da sociedade, dessas cidades que são produzidas coletivamente. Tarifa zero existe, é possível, e tem vários significados até aqueles mais revolucionários de reapropriação plena dos espaços urbanos.

As formas de financiamento são muitas. A principal é dos orçamentos municipais, deve ocorrer também através de uma política de reforma tributária que onere mais aqueles que podem mais e menos quem pode menos, ou seja, uma política tarifária de caráter progressivo.

Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, escreveu artigo para a Folha de S.Paulo em 2 de março deste ano sobre asções de tarifa zero pelo mundo e como têm sido pensadas no Brasil. Nele, Bonduki defende que o tema volte a ser debatido com a importância que merece, expondo, inclusive, argumentos que podem fasear sua implantação.



O MITO DO PEDÁGIO URBANO

“Muita gente defende também o **pedágio urbano** e o aumento de impostos sobre combustíveis. Mas os carros hoje em dia não são apenas instrumentos de diferenciação social. Carros são principalmente instrumentos de mobilidade urbana das classes populares. Você morar perto do trabalho é um privilégio. A maioria das pessoas mora na periferia, longe dos seus empregos e precisam do carro pra se deslocar. A partir do momento que se propõe sobretaxar esses trabalhadores que vêm de longe pra acessar os centros das cidades através do pedágio urbano, está se relegando essas pessoas ainda mais a um processo de exclusão social. Esta cobrança adicional não vai subsidiar o transporte, não vai resolver um problema de reapropriação de uso do espaço público e vai ainda piorar a situação de vida das camadas mais populares.

O pedágio urbano surge no bojo de venda das cidades. Londres, por exemplo, implementa o pedágio urbano no contexto do neoliberalismo. Não é um processo de socialização do espaço público, pelo contrario, é um processo de mercantilização do espaço público.

Então a gente precisa tirar os carros das vias, torná-las de uso mais coletivo através do transporte e dos meios ativos, como caminhadas e bicicletas, mas primeiro a gente precisa fornecer transporte publico de qualidade. Não dá pra inibir o acesso ao espaço público e não fornecer nada em contrapartida antes. Porque primeiro não vai conseguir, as pessoas não vão deixar de usar o carro, só vão ter o seu acesso ainda mais dificultado. Aliás, não tem uma pesquisa que mostre que o pedágio urbano é uma fonte suficiente de arrecadação para viabilizar um transporte público de qualidade. As pessoas acabam reproduzindo essa alternativa do pedágio urbano sem se ater aos estudos de viabilidade e impacto disso. Nada comprova que o pedágio urbano é um instrumento de justiça social. Mas as pessoas continuam defendendo.

Nota do entrevistador:
O pedágio urbano, em termos integrativos, somente é factível se tivesse um nível de qualidade do transporte público que fosse de tal monta que migrar para o transporte público seria mais fácil. Só que nesse cenário de exclusão social, migrar seria necessário, porque as pessoas já migrariam pro transporte público de qualidade, abandonando o transporte particular. O advento do pedágio urbano somente seria possível num cenário em que ele não seria nem sequer necessário. Ele nasce e morre dentro dele mesmo.

A não ser que o viés seja meramente arrecadatório, o que segrega ainda mais a população mais vulnerável.

O pedágio urbano só se torna uma fonte de receita significativa se a gente tiver um espaço super segregado e um transporte de péssima qualidade, porque as pessoas seriam obrigadas a usar o carro particular, mesmo pagando a mais.

Em Salvador, chegaram a propor uma via pedagiada. Isso seria uma forma de privatização e mercantilização da cidade. Mas ao mesmo tempo, quem lutou contra o pedágio urbano da Linha Viva defendeu outras formas de pedágio urbano. Um discurso contraditório, porque se repete coisas sem se debruçar nos impactos dessas alternativas.

E vem de uma compreensão meio fetichista do automóvel. A gente acusa as classes altas de terem um fetiche do automóvel, de usarem o automóvel como elemento de diferenciação e de segregação social, mas ao mesmo tempo a gente fetichiza o carro de forma invertida, achando que o carro por si produz o espaço urbano, quando não é o carro que produz o espaço urbano. O carro é somente um instrumento. Quem produz o espaço urbano são as pessoas.

As famílias estão endividadas comprando carro e motocicletas. Um carro numa família periférica não é instrumento individual, mas coletivo. Ele é usado para tudo, inclusive para ser emprestado. Existe um compartilhamento daquele automóvel. Não é à toa que surge o transporte por aplicativo, que nada mais é do que a captura do uso coletivo do automóvel. Há, portanto, uma incompreensão do que significa os automóveis para as camadas mais populares.

A gente tem que estar atento para não defender alternativas importadas que não foram testadas em larga escala. E também tendemos a olhar somente o lado bom, ignorando o que dá errado das ações que queremos importar.

Mais do que pedágio urbano e mobilidade ativa, em Salvador tem que se lutar por elevadores, por transporte marítimo e coletivo de outros modais. Tem que defender mobilidade ativa, o que eu apoio, mas a gente precisa ser mais criativo, buscar soluções nossas, e soluções integradas, que é o mais importante.

Temos, fora da esfera estritamente política, capacidade plena de criar soluções nossas. Temos criatividade e conhecimento para isso. Precisamos pensar no país e nas cidades de outras formas, num novo pacto federativo, numa nova formação política e institucional.

A DESIGUALDADE SOCIAL NÃO VAI SER RESOLVIDA PELO CONSUMO E ISSO SE REFLETE PROFUNDAMENTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

NA PRÓXIMA EDIÇÃO. EM 4/SETEMBRO...

- ◆ 15 LICÕES BÁSICAS SOBRE CAMPANHAS POLÍTICAS. ADAPTADAS À REALIDADE MUNICIPAL
- ◆ 10 LICÕES BÁSICAS SOBRE POLÍTICA
- ◆ AS PARTICULARIDADES APARENTEMENTE CONTRADITÓRIAS DAS ALIANÇAS MUNICIPAIS
- ◆ PROPOSTA DE REFUNDAÇÃO DAS CIDADES COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA
- ◆ ELEMENTOS DE ENTENDIMENTO DA VIABILIDADE DE CANDIDATURAS INDEPENDENTES
- ◆ CANDIDATO: JÁ PASSOU DA HORA DE ACELERAR A SUA CAMPANHA.
- ◆ ANÁLISES DO CENÁRIO POLÍTICO FEDERAL
- ◆ + ENTREVISTAS
- ◆ + ARTIGOS ASSINADOS
- ◆ CRÔNICAS

Contribua com a mídia independente!

 **APOIA.se /
PAPODEGALO**



GALO CONSULTORIA

Gestão estratégica da informação
aplicada à atividade pública.

Desde 2008

ESTRATÉGIA POLÍTICA

**CAMPANHA
STORYTELLING
REDES SOCIAIS
PESQUISA
ANÁLISE & ESTUDO
TREINAMENTO
GESTÃO DE CRISE
PROJETOS**